

Paper
#9



Food for Justice

Power, Politics
and Food Inequalities
in a Bioeconomy

2024

Políticas de segurança alimentar e nutricional nos municípios brasileiros

Eryka Galindo, Veruska Prado Alexandre-Weiss e
Sílvia Aparecida Zimmermann

A publicação **Food for Justice Working Paper Series** tem o propósito de disseminar resultados de projetos de pesquisa em andamento sobre alimentação em interface com debates sobre desigualdades, poder, política e bioeconomia a fim de encorajar a troca de ideias e o debate acadêmico.

–
EDITORES(AS)
Renata Motta and Marco Antonio Teixeira

–
ASSISTENTE EDITORIAL
Lea Zentgraf and María Manzanares

–
PROJETO GRÁFICO
Débora Klippel · DKdesign

A inclusão de um artigo na *Food for Justice Working Paper Series* não impede a publicação deste texto em outro meio. Os direitos autorais são dos(as) próprios(as) autores(as) dos artigos e são baseados na licença CC-BY-SA 4.0 license of the HeiJournals, Heidelberg University. Os artigos que contêm figuras e imagens de propriedade de outros(as) autores(as) e instituições são utilizados aqui com a devida permissão.

COPYRIGHT PARA ESTA EDIÇÃO:
© Galindo, Eryka; Prado Alexandre-Weiss, Veruska; Aparecida Zimmermann, Silvia

Citação:

Galindo, Eryka; Veruska Prado Alexandre-Weiss e Silvia Aparecida Zimmermann 2024. “Políticas de segurança alimentar e nutricional nos municípios brasileiros.” *Food for Justice Working Paper Series*, no. 9. Berlin: Food for Justice: Power, Politics and Food Inequalities in a Bioeconomy.

DOI: 10.60504/ffjwp.2024.9.104567

O Grupo de Pesquisa “Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia” está sediado no no Centro de Estudos Ibero-Americanos da Universidade de Heidelberg. É financiado por um período de 5 anos (2019-2026) pelo Ministério Federal de Educação e Pesquisa da Alemanha [BMBF]. Food for Justice investiga mobilizações sociais que se contrapõem às injustiças no sistema alimentar e inovações sociais e políticas que enfrentem as desigualdades que comprometem a segurança alimentar, tais como as desigualdades de classe, gênero, raça, etnia e nacionalidade. Todos os Working Papers estão disponíveis gratuitamente no nosso site: <http://foodforjustice-hcias.de/>.

FOOD FOR JUSTICE: POWER, POLITICS AND FOOD INEQUALITIES IN A BIOECONOMY

Heidelberg University
Heidelberg Centrum für Ibero-Amerika Studien - HCIAS
Brunnengasse 1, 69117 Heidelberg
foodforjustice@uni-heidelberg.de

COORDENAÇÃO:



PARCERIA:



FINANCIADO POR:



Resumo

Esta publicação registra ideias centrais que emergiram em torno da atividade autogestionada “Política de Segurança alimentar e nutricional no âmbito municipal: contexto e oportunidades”, realizada de forma virtual no V Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional [V ENPSSAN, 2022]. Garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada e o alcance das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional [SAN] passam, necessariamente, por reconhecer o papel central dos municípios na execução de ações e construção de diálogos locais, de forma integrada com os demais poderes públicos e áreas governamentais, como propõe o Sistema Nacional de SAN. No debate emergiram reflexões sobre monitoramento da segurança/insegurança alimentar populacional, definições e conceitos associados às políticas públicas de SAN, relatos de experiências municipais, bem como oportunidades para a retomada e fortalecimento das políticas de SAN nos municípios. Foram identificados oito potenciais enfoques para contribuir com o campo de pesquisas sobre políticas públicas de SAN no contexto municipal: governança participativa; diversidade territorial e a relação rural-urbano; institucionalidades; atuação da sociedade civil; intersectorialidade; escalas e distintas espacialidades; interface com a agenda socioecológica; e capacidades estatais. Por fim, identificou-se também temas e alguns desafios para a efetividade das políticas de SAN municipais. Este documento traz contribuições coletivas às distintas janelas de oportunidades que atualmente se encontram em frente aos diversos atores sociais envolvidos nas políticas de SAN municipais. Neste sentido, destacamos a retomada da agenda pública guiada e fortalecida pelo Governo Federal [a partir de 2023], a retomada do Consea nacional e a ocorrência, em 2024, de eleições municipais.



PALAVRAS CHAVE: Política Pública; Municípios; Segurança Alimentar e Nutricional

Abstract

This publication records the central ideas that emerged from the self-organized activity “Food and nutrition security policy at municipal level: context and opportunities”, held virtually at the 5th National Research Meeting on Food and Nutrition Sovereignty and Security [V ENPSSAN, 2022]. Guaranteeing the Human Right to Adequate Food and the scope of public policies on Food and Nutrition Security (FNS) necessarily involve recognizing the central role of municipalities in implementing actions and building local dialogues, in an integrated manner with other public authorities and government areas, as proposed by the National FNS System. In the debate, reflections emerged on monitoring population food security/insecurity, definitions and concepts associated with public FNS policies, reports of municipal experiences, as well as opportunities for resuming and strengthening FNS policies in municipalities. The debate gave rise to reflections on monitoring population food security/insecurity, definitions and concepts associated with public FNS policies, reports of municipal experiences, as well as highlighting opportunities for resuming and strengthening FNS policies in municipalities. Eight potential approaches were identified to contribute to the field of research on FNS public policies in the municipal context: participatory governance; territorial diversity and the rural-urban relationship; institutionalization; civil society action; intersectorality; scales and different spatialities; interface with the socio-ecological agenda; and state capacities. Finally, it also identified issues and challenges for the effectiveness of municipal FNS policies. This document brings collective contributions to the different windows of opportunity currently facing the various social actors involved in municipal FNS policies. In this regard, we highlight the resumption of the public agenda guided and strengthened by the federal government (from 2023), the resumption of the national CONSEA and the occurrence of municipal elections in 2024.



KEYWORDS: Public Policy; Cities; Food and Nutritional Security

Minibiografias

Eryka Galindo (Alimento para Justiça, Universität Heidelberg) Doutoranda do Departamento de Sociologia da Freie Universität Berlin e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia (2019-2025), sediado no Heidelberg Center for Ibero-American Studies (HCIAS) da Universität Heidelberg, financiado pelo Ministério de Educação e Ciência da Alemanha (BMBF).

Veruska Prado Alexandre-Weiss (UFG, GT Monitoramento Rede Penssan) Professora Adjunta da Universidade Federal de Goiás (UFG), Faculdade de Nutrição. Pós-doutora pelo Instituto de Nutrição Josué de Castro da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro da Rede Penssan e do Grupo temático “Promoção da Saúde e desenvolvimento sustentável” da Abrasco. Pesquisadora associada do Centro de Referência em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (CERESAN).

Silvia Aparecida Zimmermann (UFRRJ, Comissão Executiva e GT Monitoramento Rede Penssan, Comissão Executiva Rede de Estudos Rurais). Professora Adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Pós-doutora pelo Observatório de Políticas Públicas para Agricultura (OPPA/CPDA/UFRRJ). Pesquisadora do Observatório de Políticas Públicas para Agricultura (OPPA); do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT/PPED/UFRJ) e do Centro de Referência em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (CERESAN). Membro da coordenação executiva da Rede Penssan.

Agradecimentos

As ideias e formulações presentes nesta publicação resultam do trabalho de pessoas e instituições que têm dedicado sua trajetória ao campo de estudo e ativismo pelo Direito Humano à Alimentação Adequada e pela Segurança Alimentar e Nutricional.

Por isso, agradecemos às/aos pesquisadoras/es, representantes de movimentos e organizações sociais, gestores(as) públicos e demais pessoas envolvidas que compartilharam seu conhecimento, experiências e perspectivas.

Assim, estendemos nossos sinceros agradecimentos a todas as pessoas envolvidas na realização da atividade autogestionada, que ocorreu durante o V Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional [V ENPSSAN], intitulada “Política de Segurança alimentar e nutricional no âmbito municipal: contexto e oportunidades”, destacadamente:

- *À Rede Penssan e as/os organizadoras/es do V ENPSSAN, pela oportunidade e apoio à realização da atividade. Especialmente, às monitoras, Láis Alves e Tainá Marchewicz, que asseguraram o suporte técnico, deste evento virtual;*
- *Às/Aos expositoras/es e debatedoras/es que nos brindaram com suas reflexões e estudos, são elas/eles: Adriana Aranha, Ana Maria Segall Corrêa, Cátia Grisa, Carlos Eduardo de Souza Leite [Caê], Claudia Schmitt, Eryka Galindo; Luciene Burlandy; Marco Antônio Teixeira; Renato Maluf e Silvia Zimmermann;*
- *A participação de Marco Antônio Teixeira, tanto na organização e coordenação desta atividade, quanto na revisão atenta do primeiro manuscrito que deu origem a esta publicação; e*
- *A todas/os participantes que estiveram presentes na atividade virtual.*

Por fim, dedicamos nossos agradecimentos à Universität Heidelberg - Alemanha, que por meio do grupo de pesquisa Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia, sediado no Heidelberg Center for Ibero-American Studies (HCIAS), publicou esse material, que passa a compor sua série de Working Papers. Esta publicação foi também apoiada por pesquisadoras associadas ao Centro de Referência em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional [CERESAN], UFRRJ/ UFF e a Rede Penssan.

Lista de gráficos

Gráfico 1 Evolução da prevalência de segurança alimentar e níveis de insegurança alimentar (IA) leve, moderada e grave nos domicílios brasileiros, Brasil, 2004 – 2022	07
--	-----------

Lista de tabelas

Tabela 1 Ferramentas com potencial para monitoramento de SAN nos municípios brasileiros	16-17
Tabela 2 Proposta de capacidades estatais guias para a construção de potenciais indicadores para análise sobre a (des)continuidade de políticas municipais de SAN	24

Lista de abreviaturas e siglas

Consea	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
IA	Insegurança Alimentar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MST	Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-terra
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
Pronaf	Programa Cisternas e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
Rede Penssan	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
VIGISAN	Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil
VIGITEL	Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico
V ENPSSAN	V Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

Sumário

Introdução	03
1 Contexto da segurança alimentar e nutricional no Brasil em 2022 e a importância dos municípios	06
2 Políticas de segurança alimentar e nutricional nos municípios: definições e experiências	09
3 Oportunidades para a retomada e fortalecimento das políticas de SAN nos municípios	12
4 Monitoramento da segurança alimentar e nutricional: pesquisas e metodologias	15
5 Contribuições à análise de políticas de SAN na esfera municipal	19
6 Temas e desafios para a agenda de Políticas públicas de SAN	25
Considerações finais	27
Referências bibliográficas	29
Anexos	33

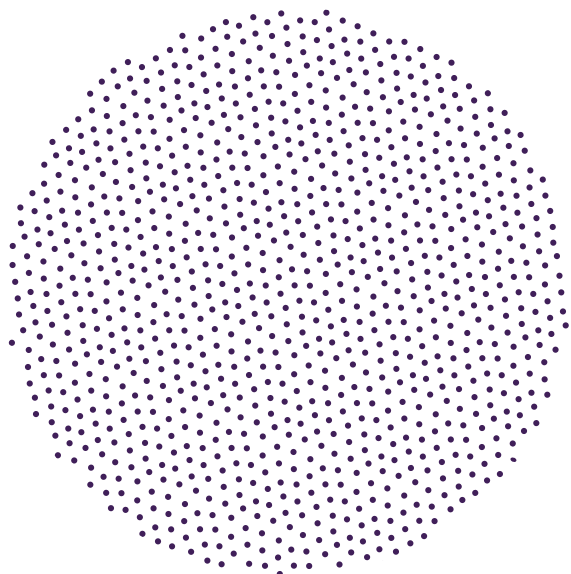
Apresentação

Ato de lançamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Recife/PE 2023 © Eryka Galindo

Os municípios são territórios vivos e dinâmicos, onde distintos modos de vida coexistem, as políticas públicas acontecem e onde, ao mesmo tempo, convivem contradições como as manifestações de insegurança alimentar e a pobreza. A partir desta compressão, pesquisadoras/es, ativistas e gestores/as de políticas públicas reuniram-se em torno da atividade autogestionada “Política de Segurança alimentar e nutricional no âmbito municipal: contexto e oportunidades”, realizada de forma virtual em meio ao V Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional [V ENPSSAN], no período de 06 a 10 de junho de 2022, sob a coordenação da Universidade Federal da Bahia [UFBA] e da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional [Rede PENSSAN].

A atividade foi fruto da parceria entre o Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia, Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Livre de Berlim [Alemanha] e o Grupo de Trabalho de Monitoramento da Rede Penssan. Os objetivos desta oficina online foram:

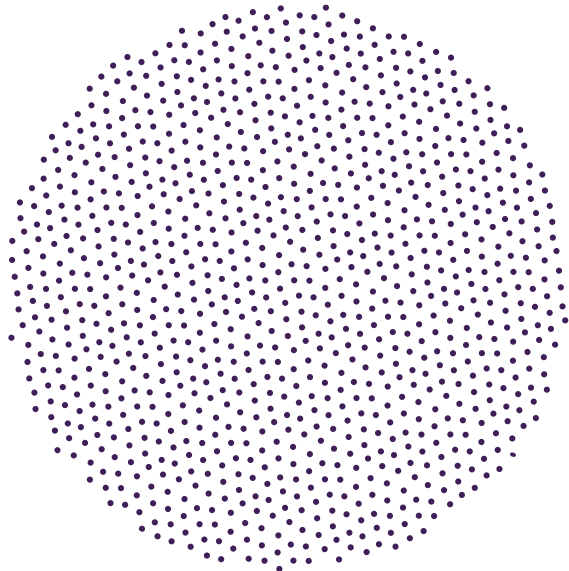
- i) Refletir sobre o papel das políticas municipais no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional [SISAN] e no combate à insegurança alimentar e nutricional;
- ii) Promover troca de experiência entre políticas de Segurança Alimentar e Nutricional [SAN] relatadas na atividade;
- iii) Promover o debate sobre indicadores para o monitoramento do SISAN nos municípios brasileiros.



Assim, esta publicação registra ideias centrais que emergiram do debate, contribuindo com reflexões para o fortalecimento das ações de promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional no âmbito municipal. As autoras buscaram estabelecer conexões entre as abordagens e conteúdos apresentados, com a devida citação de suas/seus respectivas/os pesquisadoras/es, com o objetivo de produzir potenciais contribuições ao campo de pesquisa da segurança alimentar e nutricional. O debate destacou análises sobre as políticas públicas, sobretudo aquelas compreendidas a partir de sua institucionalidade dentro de governos municipais, as quais podem também envolver um conjunto mais amplo de atividades e interações com o setor público governamental - estadual e federal - e atores da sociedade civil.

É necessário ponderar que no Brasil as municipalidades têm realidades diversas em termos de recursos públicos, de infraestrutura e de recursos humanos para gerir suas políticas públicas. Por um lado, esta condição diversa pode limitar os investimentos locais voltados às políticas de alimentação e nutrição, mas por outro, oportuniza surgimento de práticas inovadoras baseadas em poucos recursos.

Desejamos uma boa e inspiradora leitura!



Introdução

Ato de relançamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Recife/PE 2023 © Eryka Galindo

A agenda municipal de promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN) viveu um período de grande impulso com a publicação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), Lei n. 11.346, de 2006, baseada no direito humano à alimentação adequada (DHAA) e voltada à definição dos princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). O SISAN descreve caminhos de articulação entre governos federal, estaduais e municipais, em diálogo com a sociedade civil, para a promoção de medidas de superação da insegurança alimentar e da fome.

Embora o SISAN represente um importante marco de integração para promoção da SAN, a adesão dos municípios e estados, a este sistema, ocorre de forma gradual e desigual nas diversas regiões do país [Vecchio et al., 2015]. Nesse mesmo sentido, também pode-se dizer que são diferenciados os compromissos assumidos pelas prefeituras que aderiram ao SISAN, no que se refere à constituição e funcionamento das câmaras intersetoriais e conselhos de SAN e à elaboração e execução dos planos e políticas públicas municipais voltados ao tema [Machado, 2020].

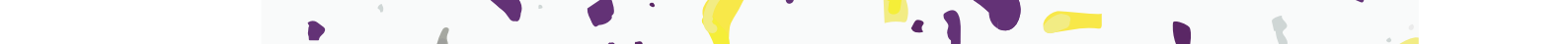
Entre os anos de 2016 a 2022, observou-se um intenso retrocesso na agenda de SAN no nível federal [Vasconcelos et al, 2019; Sousa et al, 2019; Vieira, 2020]. O encolhimento desta agenda nacionalmente tem associação com a implantação do congelamento de gastos públicos definido pela Emenda Constitucional 95/2016 e da redução continuada dos investimentos em políticas e programas, ao longo desse período, que tem por exemplos: diminuição da cobertura do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e descontinuidade do Programa Cisternas [Grisa et al, 2022; Lourenço et al, 2022; Zimmerman; Delgado, 2022]; manutenção do valor per capita por estudante do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sem reajuste entre 2017 e 2022 [Madeiro, 2022; ÓAÊ; Fineduca, 2022]; exclusão de milhares de cidadãos brasileiros e cidadãs brasileiras do acesso ao Programa Bolsa Família e ao Minha Casa Minha Vida, devido aos procedimentos que limitaram a atualização do cadastro único. Outro exemplo emblemático refere-se ao fechamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), em 01 de janeiro de 2019 no princípio do governo Bolsonaro, que abriu uma lacuna de coordenação de ações intersetoriais voltadas à SAN com grande impacto no SISAN [Castro, 2019]. No campo das ideias, tal conduta demarcou como o tema da SAN e da insegurança alimentar (IA) - incluindo a sua manifestação mais severa, a fome - não foi uma preocupação daquele governo.

O período também foi marcado pelo chamado “apagão” de dados sobre a situação de segurança alimentar e níveis de IA da população Brasileira, que eram produzidos sistematicamente pelo governo federal. Os dados disponíveis eram do último inquérito nacional conduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], referentes ao período 2017-2018 [Ibge, 2020]. Diante deste fato, entre os anos de 2020 e 2022, por iniciativa da sociedade civil organizada e de pesquisadores e pesquisadoras, dados nacionais foram publicados. Neste contexto que foram lançados os estudos: “Insegurança alimentar no Brasil em tempos de pandemia”, conduzida pelo Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia [Galindo et al., 2021] - à época vinculado ao Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Livre de Berlim e, posteriormente, sediado na Universidade de Heidelberg, ambas na Alemanha - e o “I e II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil” [I e II VIGISAN], realizados pela Rede PENSSAN [Rede Penssan, 2021; 2022]. Estes estudos foram fundamentais para evidenciar a gravidade da IA no Brasil, com destaque para a volta da fome, fato este que vinha sendo negligenciado no nível federal durante a gestão Bolsonaro [2019-2022].

O contexto de enxugamento orçamentário, desmonte das políticas e apagão de dados associados ao contexto de crise sanitária e econômica, resultou em um recolhimento da agenda de SAN também na esfera de gestão municipal [Zimmermann; Delgado, 2022].

Se por um lado, o cenário nacional trouxe restrições à agenda de SAN em diferentes escalas, por outro, pesquisas também apontavam a existência, nesse mesmo período, de significativas ações locais de promoção da SAN [Carvalho, et al., 2022a, 2022b], com destacado papel dos movimentos sociais, sobretudo, no período da pandemia. O fechamento dos canais de negociação com o Executivo nacional exigiu que os movimentos sociais reorientassem suas formas de incidência, ampliando as relações e diálogo com o legislativo e judiciário, em nível federal, como também se dirigindo aos governos estaduais e instâncias regionais - como o Consórcio de Governadores do Nordeste - [Carvalho et al., 2022a]. Nesse sentido, torna-se relevante avançar em discussões e pesquisas sobre as iniciativas e interlocuções estabelecidas em escala municipal, envolvendo governos, movimentos sociais e outros atores, no sentido da promoção de políticas públicas de SAN municipais, de maneira a entender possíveis reconfigurações das formas de ação local.

Diante dessas reconfigurações e sua influência sobre a agenda de SAN, as pesquisadoras e os pesquisadores integrantes da atividade autogestionada “Política de Segurança alimentar e nutricional no âmbito municipal: contexto e oportunidades” dedicaram-se a refletir, a partir de certos casos de estudo: como as políticas públicas de SAN se desenvolvem nos municípios brasileiros, em diferentes períodos e contextos? Qual a importância dos municípios e do SISAN para a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada? Que oportunidades e desafios podem ser identificados para o fortalecimento das políticas de SAN no âmbito municipal?



Num país continental, com mais de 5 mil municípios, que reúnem diversidades e desigualdades entre e dentro de si, compreender como as ações de SAN são promovidas nos municípios mostra-se de extrema relevância para construção de uma agenda sistemática e integrada de promoção e monitoramento da SAN, como pretende o SISAN.

Este documento está organizado em seis partes: 1) Contexto da segurança alimentar e nutricional no Brasil em 2022 e a importância dos municípios; 2) Políticas de segurança alimentar nos municípios: definições e experiências; 3) Oportunidades para a retomada e fortalecimento das políticas de SAN nos municípios.



1 | Contexto da segurança alimentar e nutricional no Brasil em 2022 e a importância dos municípios

Feira agroecológica realizada durante a 14ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, Montadas/PB 2023 © Eryka Galindo

Inquéritos nacionais recentes, como os realizados pela Rede PENSSAN (2021; 2022) e o grupo de pesquisa Alimento para Justiça (Galindo et al., 2021), demonstram um aumento em todos os níveis de IA no território brasileiro. O I VIGISAN, realizado em 2020, apontou que o percentual de domicílios em IA leve, moderada e grave era de 34,7%, 11,5% e 9,0%, respectivamente (Rede Penssan, 2021). A Pesquisa Nacional do grupo Alimento para Justiça, realizada também no primeiro ano da pandemia da Covid-19, chegou a percentuais semelhantes, sendo 31,7% IA Leve, 12,7% IA moderada e 15,0% IA grave (Galindo et al., 2021).

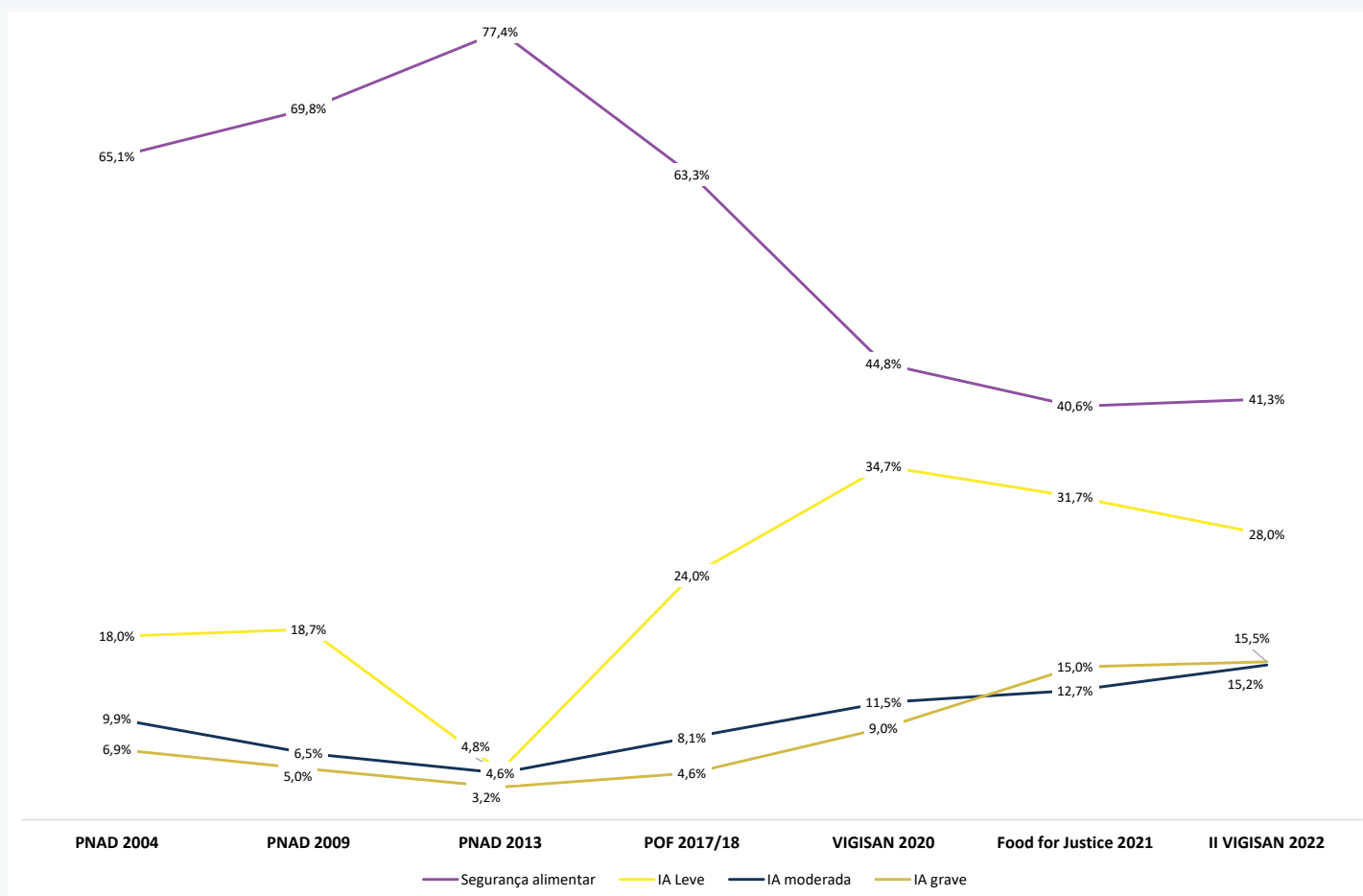
Em 2022, o II Vigisan identificou incremento nos percentuais de insegurança alimentar moderada e grave, que alcançaram 15,2% e 15,5%, respectivamente, sendo que a insegurança alimentar leve sofreu uma pequena redução atingindo 28,0% dos domicílios, se comparada com os inquéritos anteriores. Em números absolutos, é possível dizer, que as situações mais severas de IA, ou seja, moderada e grave, atingiram pouco mais de 65 milhões de pessoas em todo país.

Por meio do Gráfico 1¹ pode-se observar que, no cenário mais intenso da pandemia (2020-2021), houve um aumento expressivo de IA. Este incremento não pode ser explicado apenas como decorrente dos efeitos da Covid-19, apesar do grave impacto à saúde, social e econômico que esta trouxe. Dados do IBGE do período 2017-2018 já indicavam um aumento do número de pessoas em situação de IA quando comparados com os números da pesquisa anterior, de 2013.

1 O gráfico 1 tem caráter ilustrativo. Com esse recurso gráfico buscamos evidenciar a tendência de aumento dos gradientes de Insegurança Alimentar verificadas por diferentes pesquisas. O exercício não considerou as diferenças metodológicas existentes, por exemplo, no tocante à forma de coleta dos dados da Ebia, aspecto que extrapola os objetivos desta publicação.

Gráfico 1

Evolução da prevalência de segurança alimentar e níveis de insegurança alimentar (IA) leve, moderada e grave nos domicílios brasileiros, Brasil, 2004 – 2022.



Fontes: PNAD 2004-2009 [Ibge, 2010]; PNAD 2013-2014 [Ibge, 2014]; Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018 [Ibge, 2020]; I VIGISAN [Rede Penssan, 2020]; Galindo et al [2021]; II VIGISAN [Rede Penssan, 2022]. Elaborado pelas autoras.

O aumento da insegurança alimentar nos domicílios brasileiros tem magnitudes distintas em diferentes grupos sociais, sendo estes marcados por desigualdades estruturais, principalmente aquelas associadas a gênero, raça/cor da pele, classe social, renda, território, dentre outras [Motta; Teixeira; Galindo, 2021]. Assim, são mais afetados os domicílios chefiados por mulheres e por pessoas de raça ou cor preta e parda, os que contam com crianças entre seus moradores e de menor renda familiar, além dos que estão localizados nas regiões norte e nordeste do país e em áreas rurais. Tais desigualdades resultam do entrelaçamento das dimensões econômica, política, cultural, ambiental, que se reproduzem e interagem em diferentes escalas [Motta; Teixeira; Galindo, 2021; Rede Penssan, 2022]. Nesse sentido, assegurar políticas públicas de acesso a trabalho e a renda dignos são fundamentais para garantir a aquisição de alimentos saudáveis, não prescindindo de políticas voltadas à agroecologia e fortalecimento da agricultura familiar, à transferência de renda, ao controle da inflação e dos preços dos alimentos, ao abastecimento interno e conservação ambiental, como também a ampla discussão sobre o direito à comida de verdade para a população.

Por meio dessas e de outras iniciativas de pesquisa têm sido possível entender o fenômeno da insegurança alimentar e da fome no Brasil. Entretanto, são ainda poucas as análises que permitem entender e monitorar o fenômeno da IA em re-

alidades municipais e territoriais, apoiando reflexões sobre como as questões alimentares se inserem nos contextos e agendas locais. Uma exceção neste cenário de poucas pesquisas sobre o nível local é o estudo “Retrato da Segurança Alimentar e Nutricional em Belo Horizonte”, que foi apresentado na atividade autogestionada [Teixeira et al, 2022]. O estudo foi uma realização do grupo de pesquisa Alimento para Justiça em parceria com pesquisadoras/es do Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde [GEPPAAS] da Universidade Federal de Minas Gerais [UFMG], da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de Belo Horizonte, do Instituto Fome Zero [IFZ] e do Centro de Estudos da Metrópole da Universidade de São Paulo [CEM/USP]. Baseou-se nas discussões e demandas locais para criação de mecanismos de monitoramento da situação da insegurança alimentar municipal identificadas pelo Fórum de Pesquisadores em Soberania e Segurança Alimentar de Belo Horizonte, instância que reúne movimentos sociais, pesquisadoras/es e representantes da prefeitura municipal. Por meio da realização de pesquisa de opinião pública representativa da população belo-horizontina, ocorrida em de abril de 2022, que adotou a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar [EBIA], chegou-se à conclusão de que, naquele período, os percentuais de insegurança alimentar verificados no município de Belo Horizonte eram semelhantes aos registrados por pesquisas recentes realizadas em escala nacional, sendo a insegurança alimentar leve presente em 30,1% dos domicílios, a moderada em 12,4% dos casos e a grave em 13,2% dos domicílios.

É preciso reconhecer as municipalidades como lócus que reúnem distintos atores sociais e como arena de interação entre eles, sendo indispensável o debate sobre o papel dos governos e demais poderes locais, sem perder de vista a atuação de organizações e movimentos sociais, ativistas, pesquisadores, membros de conselhos e outros espaços de participação social e representantes do setor privado, em torno da construção da agenda alimentar e nutricional.

Outro aspecto que precisa integrar o debate sobre a implementação e monitoramento de políticas públicas de SAN na esfera municipal diz respeito à diversidade de contextos e características que marcam as cidades. Aspectos relacionados ao montante e origem do orçamento municipal, tamanho populacional, produção e abastecimento agrícola, dinâmica econômica, setores produtivos, desigualdade no acesso a bens e serviços, entre outros, variam de acordo com o contexto de cada cidade, viabilizando condições favoráveis ou desfavoráveis para a implementação, manutenção e monitoramento das políticas públicas.

Esta combinação entre os contextos e características municipais com os também diversos atores associados à agenda da SAN influenciam na criação, manutenção, aperfeiçoamento e mesmo extinção das políticas públicas de SAN em escala local. É importante considerar, ainda, que as realidades municipais estão em constante interação com as dinâmicas produzidas em outras escalas, como estadual, nacional e global.

Em suma, reconhecer os potenciais e os limites das iniciativas municipais e como elas se viabilizam no contexto político, geográfico e territorial em que estão inseridas converte-se num grande desafio para o campo de estudos de SAN.

2 | Políticas de segurança alimentar e nutricional nos municípios: definições e experiências

Ato de relançamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Recife/PE 2023 © Eryka Galindo

Embora o conceito de SAN tenha se difundido a ponto de estar cada vez mais presente no cotidiano social, seja por meio de notícias, discursos e ações governamentais, relatórios internacionais, pesquisas, dentre outros, este não deve ser entendido como evidente, consensual ou hegemônico. É um conceito que começa a se desenvolver num mundo pós-Segunda Guerra Mundial, num momento em que se buscava responder aos desafios da disponibilidade de alimentos e redução da fome [Abrandh, 2013]. Ao longo dessas décadas, as discussões em torno da SAN vêm incorporando outras dimensões para além do acesso aos alimentos, que dizem respeito aos aspectos culturais, ambientais, da saúde, sócio produtivos, políticos e econômicos que interferem sobre as possibilidades de garantir a oferta de alimentos saudáveis de forma universal, isonômica e justa [Maluf, 2007]. Longe de ser um conceito unânime, algumas controvérsias residem na ideia de que a SAN estaria mais alinhada com a criação de parâmetros classificatórios de medição da insegurança alimentar, do que com o entendimento das estruturas e relações sociais de poder que levam determinados grupos sociais a passarem fome e outros não, mesmo havendo comida suficiente para todos [Ribeiro Júnior, 2016; Ribeiro Júnior et al., 2021].

Segundo a LOSAN, a SAN caracteriza-se pelo "acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis" [Brasil, 2006]. A promoção do direito à SAN, previsto na lei, deve orientar-se por uma agenda programática de ações intersetoriais e intergovernamentais, que tem por referência o SISAN. Assim, os governos executivos e demais poderes públicos devem assegurar mecanismos de participação e pactuação que envolva a sociedade civil.

Nessa publicação, entende-se por políticas públicas de SAN as ações que integram a institucionalidade dos governos, que vão desde planos, políticas, programas, equipamentos públicos, marcos legais, instâncias de deliberação, monitoramento e/ou execução, dentre outras iniciativas, as quais podem também envolver um conjunto mais amplo de atividades e interações com outros poderes e institucionalidades [ex: poderes legislativo e judiciário, organismos internacionais], em diferentes escalas [municipais, estaduais, regionais, nacional e internacional] e com diferentes atores da sociedade civil.

As políticas públicas de SAN têm por objetivo a realização do direito humano à alimentação adequada reunindo um amplo espectro de temas/setores da agenda pública, abarcando políticas relacionadas à produção agrícola e pecuária, à nutrição e saúde, ao abastecimento e acesso aos alimentos, bem como às questões socioambientais, culturais e econômicas. Da mesma forma, interagem com dinâmicas próprias dos sistemas alimentares, desde a produção, distribuição, preparo, consumo e descarte dos alimentos, que por sua vez são influenciadas por interesses e correlações de força e de poder oriundas de distintos atores sociais, que atuam em diferentes escalas [local, regional, nacional, internacional].

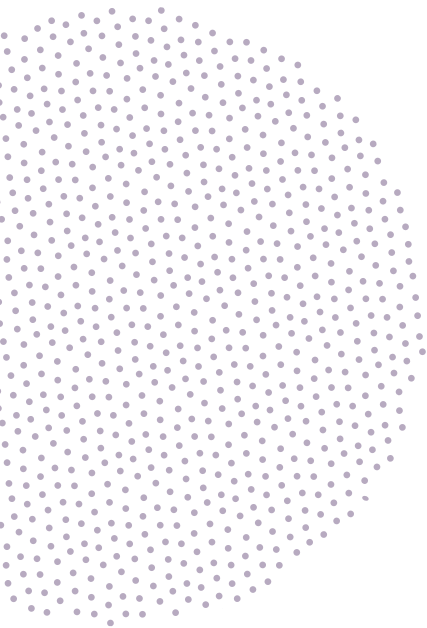
Durante a atividade autogestionada foram destacadas algumas experiências municipais que facilitam o acesso à comida de verdade², a exemplo dos restaurantes populares, varejões, sacolões, comboios e feiras de agricultores. Resgatou-se iniciativas criadas desde o final dos anos de 1980 e que se mantêm até hoje, como é o caso de políticas públicas presentes no município de Curitiba, um dos primeiros a criar uma Secretaria de Abastecimento, em 1986, no contexto de construção de políticas de enfrentamento à inflação³; ou mesmo iniciativas desenvolvidas por outros setores da sociedade, como o Programa Mesa Brasil⁴ que inspiraram políticas de SAN municipais.

É importante destacar que os municípios também experimentam iniciativas não governamentais de promoção da SAN, coordenadas por diferentes atores, como movimentos sociais, ONGs, instituições de pesquisas e filantrópicas. A ação coletiva voltada à SAN- expressa a partir da realização de campanhas, ações de solidariedade, pesquisas, incidência pública, etc. - cumpre, dentre outros objetivos, com o importante papel de provocar o Estado a assumir o seu dever de assegurar o direito humano à alimentação adequada.

2 A 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional aprofundou as discussões em torno do conceito de comida de verdade, entendido como aquela que "é saudável tanto para o ser humano quanto para o planeta; garante os direitos humanos, o direito à terra e ao território, a alimentação de qualidade e em quantidade adequada em todo o curso da vida; protege e promove as culturas alimentares, a sociobiodiversidade, as práticas ancestrais, a dimensão sagrada dos alimentos; protege o patrimônio cultural e genético; é caracterizada por alimentos in natura e minimamente processados em detrimento de produtos ultraprocessados; garante a soberania alimentar; é produzida pela agricultura familiar, com base agroecológica e com o uso de sementes crioulas e nativas, sendo livre de agrotóxicos, de transgênicos, de fertilizantes e de todos os tipos de contaminantes; respeita o direito das mulheres, a diversidade dos povos indígenas, comunidades quilombolas, povos tradicionais de matriz africana/ povos de terreiro, povos ciganos, povos das florestas e das águas, demais povos e comunidades tradicionais e camponeses, desde a produção ao consumo; reconhece a memória, a estética, os saberes, os sabores, os fazeres e os falares, a identidade, os ritos envolvidos, as tecnologias autóctones e suas inovações; considera a água alimento, sendo produzida em condições dignas de trabalho e socialmente justa; precisa ser acessível, física e financeiramente, aproximando a produção do consumo, não estando sujeita aos interesses de mercado." Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/acesso_informacao/manifeto.pdf. Acesso em: 06 de fevereiro de 2024.

3 Em 2019 esta secretaria muda de nome, passando a ser chamada de Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional.

4 É uma iniciativa desenvolvida pela rede Serviço Social do Comércio (SESC), iniciada no ano de 1994 em São Paulo e, desde 2003, em todo o país. A partir da constituição de parcerias entre a sociedade civil, o empresariado e as instituições sociais, baseada na coleta e distribuição urbana, a iniciativa doa alimentos que seriam descartados para localidades onde fazem a diferença. Mais informações: <https://mesabrasil.sescsp.org.br/conhecer/o-mesa-brasil/>



Dentre algumas ações coletivas de SAN, no período recente, é possível destacar as ações de solidariedade de movimentos e organizações sociais realizadas durante a pandemia. Viu-se, de forma ainda mais ampla, as iniciativas de movimentos sociais do campo, como o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), expandindo redes de solidariedade, por meio da doação de cestas de alimentos da agricultura familiar e camponesa, da produção de marmitas e outras formas de enfrentamento da fome [Carvalho et al., 2022a]. Formas de incidência e construção de parcerias também se constituíram, a exemplo da iniciativa de movimentos sociais baianos em parceria com a Fundação Banco do Brasil, que conseguiram doar mais 5 mil cestas de alimentos no estado da Bahia.

As discussões realizadas na atividade autogestionada destacaram a importância do monitoramento da insegurança alimentar e do mapeamento das políticas e ações de SAN em curso no país, de forma a ampliar sua visibilidade e favorecer intercâmbios que impulsionam iniciativas em outras localidades. Foram ressaltadas iniciativas de pesquisa dentre as quais: a) **os Inquéritos Vigisan, realizados pela Rede Penssan, e o desenvolvimento de aplicativo** que permite a coleta de dados de forma participativa e coletiva sobre a segurança/IA em nível local, possibilitando o acesso a informações desagregadas, tendo por foco prioritário alcançar as realidades vividas por grupos sociais invisibilizados - povos e comunidades tradicionais, população em situação de rua, etc.; b) **a pesquisa Retrato da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Belo Horizonte, realizada pelo grupo de pesquisa Alimento para Justiça**, e os desdobramentos que seus resultados vêm aportando ao processo de monitoramento de políticas municipais de SAN que vem sendo conduzido pela Fórum de Pesquisa em SAN do município de Belo Horizonte, que reúne universidades, organizações sociais, coletivos locais, militantes e gestores, em torno de pesquisas [Teixeira et al., 2022]; c) **a pesquisa sobre as capacidades estatais para transformação dos sistemas agroalimentares em capitais brasileiras**, desenvolvida por pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul [UFRGS], Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro [UFRRJ], Universidade de São Paulo [USP], Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas [IFAM], Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e Universidade Federal de Ouro Preto, que parte dos estudos sobre a desenvolvimento de políticas públicas de SAN no município de Curitiba e Belo Horizonte [Grisa, Zimmermann e Aranha, 2024]; d) **o mapeamento de políticas agroecológicas municipais realizada pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)**, que aponta a existência de 721 experiências de políticas públicas municipais de agroecologia, relacionadas a 41 campos temáticos, como fomento à produção; alimentação escolar; assistência técnica e extensão rural [Ater]; educação alimentar e nutricional e promoção da alimentação adequada e saudável; agricultura urbana e periurbana; construção do conhecimento agroecológico; abastecimento alimentar etc. [Londres et al, 2021]; e) entre outros estudos que tratam das questões alimentares nas políticas municipais brasileiras [Grisa et al, 2023; Araújo et al, 2023].

3 | Oportunidades para a retomada e fortalecimento das políticas de SAN nos municípios

Escola Municipal em Comunidade Quilombola, Ouricuri/PE 2023 © Eryka Galindo

Se por um lado, o fechamento da agenda de SAN, por parte dos governos Temer e Bolsonaro, gerou impactos adversos também para os municípios, por outro, foi observado uma “volta ao local”, o que significa dizer que movimentos sociais, redes de organizações, pesquisadores, ativistas e gestores adotaram, estrategicamente, abordagens voltadas para esferas municipais e estaduais. A noção de “volta ao local” se baseia no entendimento de que a década de 90 e o início dos anos 2000 foram marcados por experiências participativas inovadoras em nível municipal, como o orçamento participativo (Dagnino, 2002). Logo essas iniciativas locais foram dando lugar a dinâmicas de participação social em âmbito federal, a partir dos mandatos Lula e Dilma (2003 - 2016) e hoje, essa retomada da “volta ao local” expressa-se pela ação dos movimentos sociais.

Mais do que entender o último período como um regresso ao local, é importante reconhecer as oportunidades que podem emergir desse processo, dentre as quais, está o papel de importância dos municípios na relação com as demais instâncias do poder público, na promoção de uma agenda alimentar pública e forte. Especificamente, é preciso pensar em passos concretos de consolidação do SISAN. De acordo com algumas análises presentes no debate da atividade autogestionada durante o V ENPSSAN, o SISAN limitou-se às instâncias federais e estaduais. Entretanto, a “volta ao local” não deve ser lida como uma sobreposição ou abandono das lutas por políticas alimentares em nível federal ou mesmo estadual. Pelo contrário, deve ser pensada como caminho promotor de maior articulação, para o efetivo fortalecimento do SISAN, de forma a construir um sistema verdadeiramente orgânico, que integra as distintas partes.

Neste sentido, uma abordagem frutífera para pensar as políticas de SAN nos municípios passa por mapeá-las, identificando seus campos de atuação e respostas em favor da SAN. Norteadas por esses objetivos, destacam-se as contribuições de Aranha (2023a, 2023b) ao debate, a partir de uma categorização de quatro campos de atuação das políticas de SAN municipais: 1) políticas de acesso facilitado; 2) políticas de acesso garantido; 3) políticas de acesso informado; e 4) políticas de acesso à terra.

As **políticas de acesso facilitado** dizem respeito à criação e abertura de canais de comercialização direta e incentivo à produção rural e urbana de alimentos voltada ao auto abastecimento, por vezes, baseadas em práticas agroecológicas. São exemplos destas políticas:

a) a regulação de monitoramento de preços de alimentos, que podem acontecer nos espaços ou equipamentos públicos entregues à iniciativa privada, destinados à venda de alimentos por baixo preço com o objetivo de garantir que, pelo menos, um determinado número de alimentos tenha preços mais acessíveis;

b) espaços de comercialização da agricultura familiar através de feiras públicas, feiras na periferia, programas de porta de entrada, com a intenção de transformar as feiras em pontos fixos de venda, o mais próximo possível das periferias, a exemplo do Programa Direto da Roça ;

c) lojas para a venda dos alimentos da agricultura familiar, a partir das parcerias entre poder público e movimentos sociais, sendo os Armazéns do Campo do MST um bom exemplo, por contarem, em alguns casos, com o apoio dos governos locais, seja cedendo ou facilitando acesso aos espaços físicos, seja auxiliando com o transporte dos produtos;

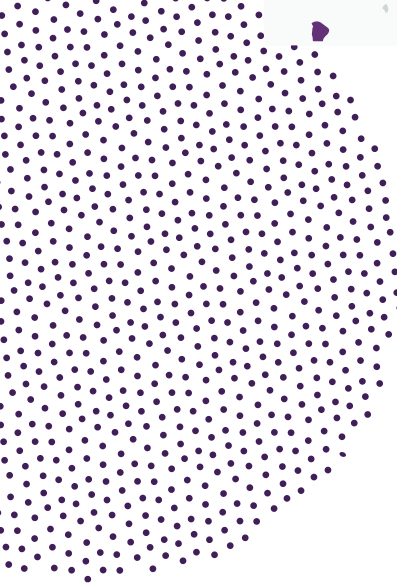
d) programas para a aquisição de alimentos, que se viabilizam com recursos próprios das prefeituras, garantindo que as compras do município sejam adquiridas da agricultura familiar;

e) programas de intermediação entre o produtor e o consumidor, que se baseiam na criação de elos de comunicação direta entre quem produz e quem consome os alimentos, funcionando, em alguns casos, a partir do trabalho realizado por prefeituras na identificação das demandas de compra direta por parte das instituições públicas, filantrópicas e privadas, em nível local, sucedido pela facilitação do diálogo direto com cooperativas, associações e grupos de agricultoras/es familiares; f) equipamentos atacadistas que incluem as centrais da agricultura familiar e não somente equipamentos atacadistas privatizados, como as Centrais de Abastecimento [CEASAs];

g) incentivo à produção urbana e às práticas agroecológicas, que envolvem o aproveitamento de espaços urbanos ociosos para produção agroecológica, como é o caso dos Centros de Vivência Agroecológica e das experiências de utilização de Declaração de Aptidão ao Pronaf [DAPs] para agricultores urbanos;

h) programas híbridos de comercialização de alimentos, com pontos fixos e volantes, que buscam impactar positivamente sobre regiões de desertos alimentares, a exemplo do, já mencionado, Programa Direto da Roça, das prefeituras de Curitiba/PR e Belo Horizonte/MG;

i) mercados públicos, que mesmo amplamente ocupados pela iniciativa privada podem contar com iniciativas municipais de reserva de espaços para a agricultura familiar e de monitoramento de preços e controle de qualidade.



As **políticas de acesso garantido** destinam-se à população que tem a aquisição de seus alimentos condicionado por dificuldades relacionadas à renda e desigualdades sociais e econômicas, sendo necessários programas sociais de alimentação, projetos que comercializam alimentos subsidiados ou de captação de água de chuvas e saneamento. Alguns exemplos dessas iniciativas são:

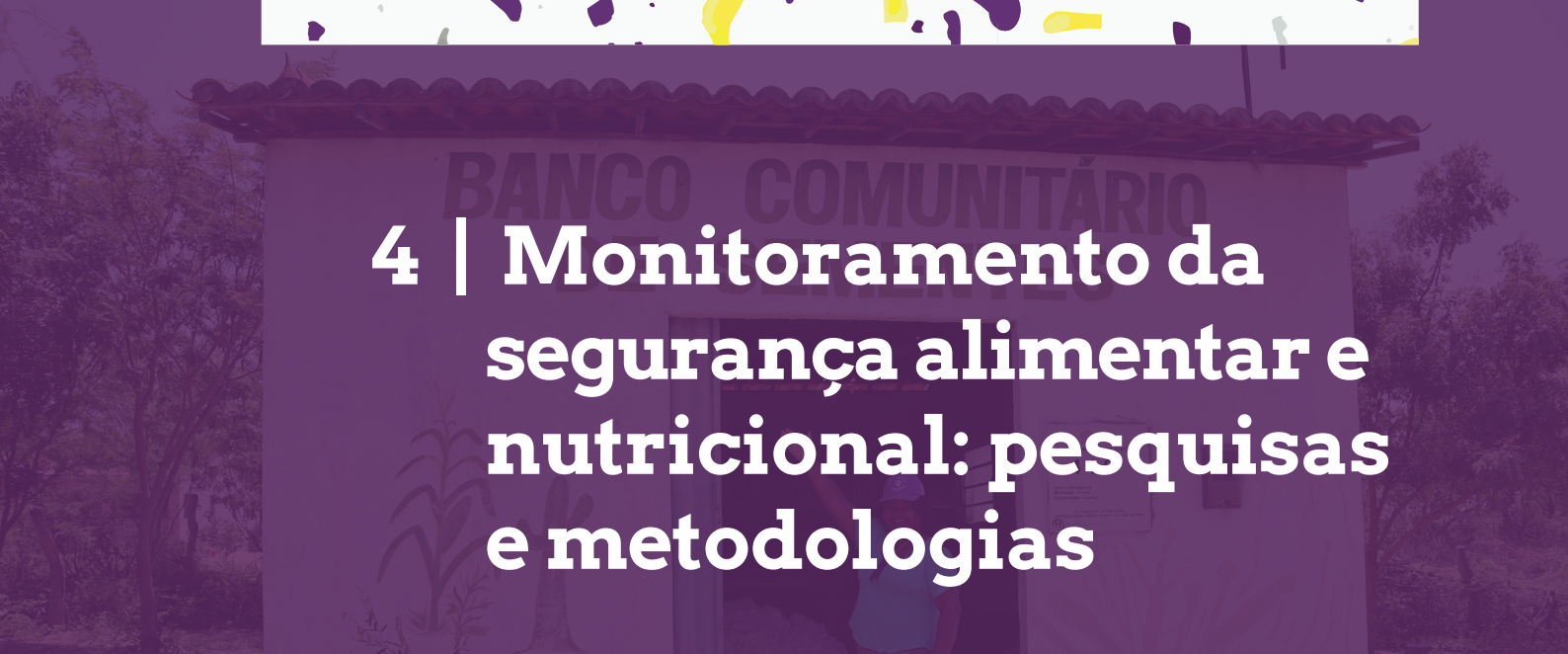
- a) programas de alimentação escolar;
- b) programas sociais de transferência de renda;
- c) Banco de alimentos;
- d) investimento em programas de captação de água de chuvas (cisternas);
- e) ações de assistência social, como projetos de alimentos subsidiados, cestas de alimentos e vales alimentação ou mesmo os Auxílios no período emergencial, durante a pandemia.

Nesse sentido, dada a importância das ações de assistência, é necessário fortalecer o Sistema Único de Assistência Social, de forma potencializar sua capacidade de ação integrada com a agenda de SAN.

As **políticas de acesso informado** são voltadas à promoção de informação sobre direito à alimentação e consumo de alimentos saudáveis. Aqui reside forte crítica ao papel do Estado. A influência das propagandas, produzidas pela indústria de alimentos, sobre as escolhas alimentares é resultado da falta de regulação por parte do Estado e mesmo da sua ausência na geração de conteúdos relativos à saúde e direito à alimentação. São algumas das iniciativas identificadas nos municípios:

- a) realização de campanhas, geração e circulação de conteúdos em diferentes linguagens e meios;
- b) ações de Educação Alimentar e Nutricional;
- c) composição regionalizada de cestas de alimentos;
- d) formação de professores da educação básica, para incorporar o tema da Educação Alimentar e Nutricional na grade escolar;
- e) cartilhas;
- f) podcasts;
- g) orientação das equipes de Vigilância Sanitária.

As **políticas de acesso à terra** tratam do tema da reforma agrária e outras iniciativas de regularização fundiária e garantia de acesso à terra, que são estruturais para a produção de alimentos. Entretanto, estas ficam normalmente restritas ao âmbito federal. É preciso descentralizar as responsabilidades quanto ao direito à terra entre os diferentes entes da federação, incluindo os municípios. Algumas experiências têm avançado na construção de pareceres positivos e dispositivos municipais que vão nessa direção.



4 | Monitoramento da segurança alimentar e nutricional: pesquisas e metodologias

Banco Comunitário de Sementes, Piranhas/AL 2023 © Eryka Galindo

Durante a atividade autogestionada, a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) foi reafirmada como uma ferramenta fundamental na identificação da experiência da população quanto ao acesso a alimentos em seus domicílios, pois gera dados fundamentais para compreender o fenômeno da fome e outras manifestações da IA. É um recurso que dialoga com métricas internacionais, permitindo monitorar os gradientes de insegurança alimentar e quais os grupos sociais e localidades mais expostas a essa situação, contribuindo para melhores desenhos institucionais das políticas alimentares.

A lacuna de dados nacionais sobre a condição de segurança alimentar e IA no país no último período (2019-2022), diante do baixo investimento do governo federal no monitoramento da SAN, levou a Rede PENSSAN (2021; 2022) e o grupo de Pesquisa Alimento para Justiça (Galindo et al., 2021) se lançarem na investigação sobre a IA, realizando pesquisas de alcance nacional utilizando a EBIA como medida de avaliação. Os investimentos em pesquisa não devem ser negligenciados da estratégia de promoção de SAN. Por isso é preciso fortalecer as iniciativas de universidades, grupos e redes de pesquisa, além dos organismos públicos, como o IBGE, ampliando sua capacidade de produzir estudos e gerar dados confiáveis que orientem a ação pública, de forma oportuna, sistemática e robusta.

Houve também debates quanto à necessidade de combinar outras pesquisas e metodologias na análise da insegurança alimentar também em nível local, reconhecendo que há uma lacuna ainda maior de dados sobre a IA/ SA desagregados por municípios. Neste sentido, foram mencionados como potenciais fontes de dados para análises da condição de SAN: o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), o aplicativo do VIGISAN e a metodologia do Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL), que aparecem na Tabela 1 mais detalhadamente.

Tabela 1**Ferramentas com potencial para monitoramento de SAN nos municípios brasileiros**

Ferramentas	Descrição	Potenciais usos para análise da condição de segurança/ insegurança alimentar	Mais informações
SISVAN	É uma iniciativa coordenada pelo Ministério da Saúde e tem por objetivo consolidar os dados referentes às ações de Vigilância Alimentar e Nutricional, desde o registro de medidas antropométricas e de marcadores de consumo alimentar até a geração de relatórios.	É visto como ferramenta que permite “radiografar” as populações nos municípios brasileiros, sendo útil para pensar políticas e ações. Entretanto, há subnotificação [baixo registro] e reduzido uso dos seus dados pelos municípios.	Sobre o SISVAN: https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/
MUNIC	É uma base de dados produzida pelo IBGE desde 1990, que aglutina informações municipais sobre habitação, transporte, meio ambiente, agropecuária e gestão de riscos.	Embora ainda não inclua parâmetros específicos que tratem da SAN, a MUNIC é um importante instrumento para pensar as políticas de produção e comercialização de alimentos. A partir dessa base de dados, é possível verificar a existência de feiras ou atividades que estimulam a comercialização e aquisição de alimentos. Conforme dados da MUNIC, em 2022, havia 4.394 municípios com feiras e/ou outros espaços de comercialização, bem como em 5.014 municípios há alguma institucionalidade voltada às questões agropecuárias [secretaria, departamentos, comitês etc.]. Assim, constata-se que a MUNIC é uma ferramenta importante que merece ser aperfeiçoada e amplamente utilizada para prover informações que orientem as políticas locais.	Sobre o MUNIC: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html

Fonte: elaboração própria.

Tabela 1

Ferramentas com potencial para monitoramento de SAN nos municípios brasileiros

Ferramentas	Descrição	Potenciais usos para análise da condição de segurança/ insegurança alimentar	Mais informações
Aplicativo VIGISAN	Desenvolvido pela Rede Pessan, é destinado à vigilância da SAN, sendo disponível para uso em celulares, tablets e/ou computadores. O aplicativo é gratuito, e para ser utilizado, depende de cadastro na pesquisa junto à Rede Pessan.	<p>O App-Vigisan oportuniza a utilização da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA, versão curta com 8 questões e um conjunto de questões sociais, demográficas e sanitárias de interesse para o estudo da IA no contexto da pandemia. As equipes locais, a depender do foco do estudo, podem ter outros interesses e propor complementaridades.</p> <p>Tem sido usado por grupos de pesquisas, pesquisadores/as e organizações sociais em diferentes partes do Brasil.</p>	<p>Sobre os procedimentos de acesso: https://pesquisas-san.net.br/aplicativo-vigisan/</p> <p>Página do aplicativo: https://aplicativo-vigisan.pesquisas-san.net.br/</p>
VIGITEL	O Vigitel, juntamente com outros inquéritos, integra o sistema de Vigilância de Fatores de Risco para doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) do Ministério da Saúde. Seu objetivo é conhecer a situação de saúde da população, para a partir daí planejar ações e programas que melhorem a saúde da população, reduzindo a ocorrência e a gravidade deste tipo de doenças.	<p>Por meio de entrevistas telefônicas, realizadas anualmente, junto a amostras da população adulta (18 anos ou mais), o Vigitel se dedica a monitorar a evolução anual dos seguintes temas: tabagismo; excesso de peso e obesidade; consumo alimentar; atividade física; consumo de bebidas alcoólicas; condução de veículo motorizado após consumo de qualquer quantidade de bebidas alcoólicas; autoavaliação do estado de saúde; prevenção de câncer; morbidade referida.</p> <p>O Grupo de Pesquisa do grupo Alimento para Justiça, entre 2020 e 2022, produziu pesquisas em âmbito nacional e no município de Belo Horizonte, que combinou o uso da EBIA e de metodologias do VIGITEL. O objetivo foi o de construir análises que relacionassem a percepção de acesso aos alimentos, pretendido com a EBIA, com dados sobre a qualidade do alimento consumido, a partir do VIGITEL.</p>	<p>Sobre o VIGITEL: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/v/vigi</p>

Fonte: elaboração própria.

Outro ponto de debate sobre monitoramento da SAN refere-se a importância de agregar análises sobre as condições de segurança/ insegurança hídrica, entendendo que o acesso à água, além de ser por si só um direito, é também parte da realização permanente e ampla da SAN. Nesse sentido, foi destacada a iniciativa da Rede PENSSAN de inserir as perguntas da Escala de Experiência Domiciliar de Insegurança Hídrica na 2ª pesquisa VIGISAN. Os dados finais apontaram para um elevado percentual de famílias em situação de insegurança hídrica, muitas destas também em situação de fome (Rede Penssan, 2022). A Rede PENSSAN tem dado continuidade ao trabalho de validação dessa escala em diferentes contextos brasileiros e ao aprofundamento das discussões sobre a relação entre insegurança hídrica e insegurança alimentar.

No debate foi ainda mencionado, de forma recorrente, a necessidade de pesquisas qualitativas no campo dos estudos de SAN, buscando alcançar uma compreensão mais ampla, profunda e contextualizada das experiências, percepções e significados subjacentes aos comportamentos e interações sociais, no contexto da SAN e da realização do DHAA. Além disso, reforçou-se a importância da combinação de metodologias quantitativas e qualitativas, pois cada abordagem oferece perspectivas únicas e complementares sobre fenômenos sociais complexos, enriquecendo assim o conhecimento e as interpretações sobre insegurança alimentar e a fome no Brasil.

5 | Contribuições à análise de políticas de SAN na esfera municipal

Marcha das Margaridas, Brasília/DF 2023 © Eryka Galindo

A partir das contribuições das [dos] palestrantes e do debate com as[os] participantes na atividade autogestionada foi possível sintetizar um conjunto de reflexões apresentadas a seguir que versam sobre a análise e monitoramento de políticas de SAN na esfera municipal. Estas contribuições são apresentadas a partir de oito eixos, os quais representam enfoques possíveis para pesquisas do campo das políticas públicas de SAN no contexto municipal.

Governança participativa

A participação popular é uma peça fundamental na experiência brasileira de ação para o combate à fome e luta por SAN. A governança participativa mostra-se como sendo chave para o funcionamento das políticas de SAN e construção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e justos. Os mecanismos de participação popular como as audiências públicas, conferências municipais, construção de Planos de SAN participativos, conselhos e colegiados, além do reconhecimento das experiências e saberes da população local e sua inserção dentro dos processos de decisão, devem ser [re]criados, aperfeiçoados e fortalecidos.

Destacam-se também as relações verticais [entre os entes da federação] e as horizontais [entre os atores estatais e não estatais] construídas em torno da promoção do direito à SAN, que vão desde as dinâmicas estabelecidas em esferas institucionais, como também, a partir das múltiplas de visões e jogos de interesse que permeiam a atuação desses atores. Pesquisas como a de Henriques et al. (2020) oferecem contribuições sobre as interações entre os atores estatais e não-estatais, a partir de análises sobre as relações entre Estado/Governo, sociedade civil e setor privado quanto ao enfrentamento à obesidade infantil.

Diversidade territorial e a relação rural-urbano

A diversidade de municípios brasileiros reúne um conjunto de especificidades, que vão desde a sua formação histórica, o tamanho populacional e geográfico, o volume numérico e culturalmente diverso de povos, as características ambientais e econômicas, entre outras. Esses e outros aspectos estão implicados nas discussões sobre a promoção do DHAA.

Os contextos que levam à situação de insegurança alimentar, em uma capital com mais de 1 milhão de habitantes, têm características próprias, e podem diferir em relação ao que se vivencia em uma cidade pequena, com menos de 20 mil pessoas, por exemplo. Um alerta feito durante a atividade autogestionada foi de que, por vezes, os debates acadêmicos sobre SAN concentram-se nos desafios de abastecer de alimentos as capitais e grandes cidades, de maior densidade populacional, negligenciando o debate sobre as cidades menores. De acordo com os dados do Censo 2022 (IBGE), num país com 5.570 municípios, mais da metade de toda população brasileira se concentra em 319 cidades. Por outro lado, 44,8% do total de municípios têm até 10 mil habitantes. Com relação à insegurança alimentar, é possível dizer que, em termos percentuais, os domicílios situados em municípios com até 20 mil habitantes, registraram, em 2020, maior frequência de insegurança alimentar moderada [18,0%] e grave [16,1%], em comparação aos municípios com mais de 20 mil habitantes, que registravam 12,2% e 14,9%, respectivamente [Galindo et al, 2021]. Tais dados expõem como os municípios de menor densidade demográfica estão mais suscetíveis à insegurança alimentar. Entender os fatores que levam à insegurança alimentar e, mais que isso, pensar caminhos de superação dessa realidade são demandas urgentes.

A superação da fome passa por construir soluções que considerem o Brasil em sua totalidade, compreendendo os diferentes contextos municipais em um país continental. Nesse sentido, as experiências de consórcios municipais ajudam a pensar rotas descentralizadas e articuladas para responder à realidade desigual vivida por muitos municípios pequenos, de baixa receita. São formas possíveis para viabilizar melhores condições de infraestrutura e operacionalização das políticas locais, incluindo as de SAN.

Outro aspecto que deve ser considerado na análise de políticas de SAN na esfera municipal diz respeito à relação rural-urbana. É fundamental entender o meio rural para além de uma vocação agrícola, limitado às ações de produção de alimentos. Deve-se compreender o rural também como espaço que requer garantia de um conjunto de direitos, como a promoção da SAN. Da mesma forma, é importante reconhecer as iniciativas de produção nas áreas urbanas, a chamada agricultura urbana. Portanto, a relação rural-urbana precisa ser lida de maneira mais complexa, transcendendo dualidades como produção-consumo ou espaço agrícola-não agrícola.

Institucionalidades

É preciso reconhecer os diferentes desenhos possíveis que estruturam a institucionalidade municipal em relação às políticas alimentares. Por vezes, os órgãos gestores podem não assumir denominações específicas, a exemplo de designações como Secretaria de Segurança Alimentar ou Secretaria de Abastecimento e Agricultura, mas desempenham funções que respondem às questões de produção, distribuição, transporte, preparo, consumo e descarte dos alimentos. Além disso, ações relacionadas à promoção da SAN podem ser de competência de mais de uma secretaria ou subsecretaria dentro da municipalidade.

Em se tratando de institucionalidades, outros aspectos podem ser destacados para permitir maior sucesso e perenidade às políticas de SAN. É o caso das dimensões

relacionadas à coordenação intra e intergovernamental, que engloba o diálogo com as secretarias estaduais de SAN e mesmo ministérios em nível federal, o apoio do chefe do executivo e a capacidade de coesão interna dentro das secretarias de SAN, as alianças políticas e interpartidárias, a importância da continuidade na gestão dos governos quando ocorre a troca dos partidos ou alianças no poder.

Uma experiência longa, em termos de políticas públicas municipais de SAN, refere-se ao município de Curitiba, que registra ações desde o ano de 1986. Há um conjunto de iniciativas, baseadas numa infraestrutura física e tecnológica, que se traduz em feiras livres, armazéns da família, restaurantes populares, jardins do mel, sacolões da família, PAA, PNAE, fazendas urbanas, mesas solidárias, etc. Segundo Grisa, Zimmermann e Aranha [2024], a longa trajetória de execução de políticas de SAN no município de Curitiba é marcada pela existência de estruturas físicas e institucionais de SAN no âmbito da prefeitura e pela destinação de recursos orçamentários para execução das ações a partir da criação e manutenção de um fundo de abastecimento alimentar desde 1990. Ao longo dos últimos anos, os investimentos representaram um volume de R\$14 milhões [quatorze milhões de reais], e durante a pandemia o montante de R\$32 milhões [trinta e dois milhões de reais]. A despeito das mudanças de gestão, as políticas de SAN se mantiveram em funcionamento, mesmo que marcadas por diferentes abordagens, que vão desde: a) estabelecimento das parcerias público-privadas [sacolões da família e mesas solidárias]; b) orientação das ações baseadas na abordagem de economia 4.0, com a digitalização de todos os processos, mapeamento das feiras, cadastros dos beneficiários, mapeamento da oferta; c) terceirização de políticas - como os restaurantes populares, armazéns da família, PNAE.

Atuação da sociedade civil

A sociedade civil cumpre um papel histórico nas lutas pelo enfrentamento à fome no Brasil, marcadas não só pelo desenvolvimento de ações diretas, mas também pela incidência e pressão sobre os poderes políticos federais, estaduais e municipais e a mobilização do debate público. A pandemia mostrou o lugar central assumido por movimentos e organizações sociais em todo Brasil, orientando a população sobre como se prevenir da Covid-19 e, mesmo, desenvolvendo iniciativas para o provimento de alimentos saudáveis frente ao aumento da fome [Carvalho et al., 2022a; 2022b].

A manutenção de muitas políticas municipais de SAN se deve à ação articuladora e reivindicatória da sociedade civil, diante das instabilidades políticas locais, especialmente, em contextos de mudança de gestão.

As universidades e instituições de pesquisa foram também destacadas como importantes atores locais, que influenciam o campo de disputas e lutas em torno das políticas alimentares, por meio de iniciativas vinculadas aos grupos de pesquisa, centros de referência, centros colaboradores para alimentação escolar e projetos de extensão universitária.

Intersetorialidade

A intersectorialidade nas políticas públicas desempenha um papel crucial no enfrentamento à insegurança alimentar no Brasil, pois reconhece que a questão alimentar é complexa e multifacetada, envolvendo não apenas a produção e distribuição de alimentos, mas também questões de saúde, educação, meio ambiente, trabalho e assistência social.

A colaboração entre diferentes setores e áreas governamentais permite a elaboração de estratégias abrangentes e integradas que abordam as diversas dimensões da insegurança alimentar, desde a garantia do acesso a alimentos minimamente processados até a promoção de hábitos alimentares saudáveis, a educação nutricional orientada pela noção da comida de verdade, o apoio à agricultura familiar camponesa e a superação das desigualdades sociais. Se por um lado são indispensáveis políticas específicas de SAN, por outro lado é preciso que se crie sinergia e complementaridade entre programas e garantia de direitos sociais em diferentes áreas, desde políticas de transferência de renda, promoção da saúde, segurança hídrica, educação, moradia etc.

Além disso, a intersectorialidade fortalece a capacidade de resiliência das comunidades e contribui para a construção de políticas públicas mais eficazes e sustentáveis, capazes de enfrentar os desafios presentes e futuros relacionados à SAN no país.

Escalas e distintas espacialidades

Mesmo quando o foco das discussões sobre políticas alimentares é o município é preciso analisá-las na interação com outras escalas e espacialidades. Afinal, questões relativas à macroeconomia e às cadeias produtivas, por exemplo, não são solucionadas apenas em nível local, estando conectadas às escalas estaduais, federais e globais. Flutuação do dólar e preços das commodities, os acordos e metas internacionais, o lobby [interferência] da indústria alimentar sobre legislações e outras regulações, afetam diretamente a produção, oferta e qualidade dos alimentos, sendo esses alguns exemplos de como as dinâmicas locais são impactadas por decisões tomadas em outras esferas.

Muitas políticas operacionalizadas pelas prefeituras são resultados de ações indutoras vindas dos governos estaduais e federal, ou mesmo de tratados globais, como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Existem também acordos internacionais que têm prefeituras como signatárias e que são importantes reforços à manutenção de políticas públicas de SAN, como o Pacto de Milão para a Política de Alimentação Urbana, mesmo diante de mudanças conjunturais e de gestões municipais.

Interface com a agenda socioecológica

Um grande desafio que se expressa em algumas experiências municipais diz respeito às dimensões socioecológicas. Em um contexto de crise ambiental, de repercussão mundial, evidenciada pelas mudanças climáticas, a promoção da segurança ali-

mentar deve estar aliada à conservação do meio ambiente e o reconhecimento das diferentes formas de vida que habitam o planeta. Além disso, políticas públicas de SAN precisam abordar questões estruturais, como a pobreza, as desigualdades socioeconômicas, o racismo ambiental e outras tantas expressões de acesso desigual à terra, água, biodiversidade e bens comuns, que exacerbam os impactos das mudanças climáticas na segurança alimentar.

Importantes iniciativas voltadas ao fortalecimento de políticas para o fomento às práticas agroecológicas vêm acontecendo nos municípios, que envolvem desde a garantia de assistência técnica e extensão rural com enfoque agroecológico, condições diferenciadas para a compra de produtos da agroecologia, apoio aos quintais produtivos agroecológicos etc [Londres et al, 2021]. Além destas, destacam-se ainda medidas municipais relacionadas às restrições ao uso de agrotóxicos, por exemplo, as leis municipais que proíbem ou restringem a pulverização aérea. Positivamente, estas medidas vêm na contramão do que sucessivos gestores do executivo federal fizeram em suas gestões, regulamentando o uso de vários agrotóxicos, muitos deles banidos na Europa e em outras partes do globo.

A intersecção entre segurança alimentar e mudanças climáticas apresenta desafios significativos para as políticas públicas. A integração entre as medidas de adaptação e mitigação das mudanças climáticas e as políticas alimentares e agrícolas é essencial para garantir a resiliência e a sustentabilidade dos sistemas alimentares diante dos desafios climáticos crescentes.

Capacidades Estatais

As capacidades estatais referem-se à habilidade e competência do Estado para formular e implementar políticas públicas de forma efetiva, além de exercer suas funções básicas de governança.

O estudo de Grisa, Zimmermann e Aranha [2024] em Curitiba e Belo Horizonte discute como a implementação, manutenção ou mesmo a extinção de políticas nos municípios refletem as capacidades estatais. As pesquisadoras propõem seis capacidades estatais para guiar a construção de indicadores a serem considerados nas análises sobre a [des]continuidade das políticas municipais de SAN, estes estão detalhados no Quadro 2.

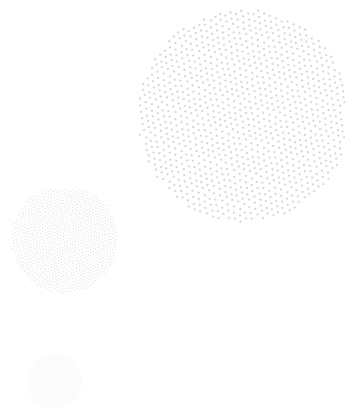


Tabela 2

Proposta de capacidades estatais guias para a construção de potenciais indicadores para análise sobre a (des)continuidade de políticas municipais de SAN

Tema	Informação buscada/ potencial indicador
Recursos humanos	<p>As mudanças no perfil dos mandatos e de seus gestores demonstram distintos compromissos e formas de operacionalizar as políticas.</p> <p>Potencial indicador (dentre outros):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quantidade de recursos humanos com atuação direta na agenda de SAN do município/ ano.
Recursos financeiros	<p>As disputas em torno de que políticas serão priorizadas no orçamento, indicam a prioridade dada à SAN e seu lugar na agenda municipal.</p> <p>Potencial indicador (dentre outros):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quantidade de recursos financeiros (em \$) destinados a agenda de SAN do município/ ano.
Mecanismos de coordenação intra e intergovernamental	<p>Os espaços internos de gestão das políticas podem permitir maior ou menor intersetorialidade e de diálogo com governos estaduais e federal.</p> <p>Potencial indicador (dentre outros):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Número de parceiros institucionais intersetoriais* envolvidos na agenda municipal de SAN/ período [Tempo que se deseja avaliar]. - Frequência de reuniões/ diálogos/ espaços de debate intersetoriais* realizados/ período. - Número de projetos/ políticas de SAN implantadas de forma intersetorial*/ período. <p>-----</p> <p>* pode-se usar o mesmo exercício para intrassetorial.</p>
Relações com o executivo e legislativo	<p>As convergências e/ou conflitos entre os poderes legislativo e executivo local (mas também, estadual e federal) são importantes para fazer avançar as políticas locais de SAN. Um exemplo recente mostra como a centralidade dada às emendas parlamentares no âmbito federal tem repercutido no município.</p> <p>Potencial indicador (dentre outros):</p> <ul style="list-style-type: none"> Número de apoios concedidos por meio de emenda parlamentar/ período [Tempo que se deseja avaliar].
Alianças políticas e dinâmicas partidárias	<p>As (des)continuidades dos governos, dos grupos de influência das gestões locais e disputas e tensões entre situação e oposição, nos termos da democracia, favorecem a ininterruptão das políticas.</p> <p>Potencial indicador (dentre outros):</p> <ul style="list-style-type: none"> Tempo de permanência dos trabalhadores responsáveis pela agenda de SAN municipal/ meses.
Mecanismos de participação social	<p>A sua existência fortalece capacidades para que diferentes atores participem e se sintam representados pela ação pública, por meio de Conferências, Conselhos, Colegiados, Planos Participativos, Audiências Públicas etc. Dá-se destaque para a existência de Conselhos Municipais de SAN, mesmo no período de extinção do CONSEA.</p> <p>Potencial indicador (dentre outros):</p> <ul style="list-style-type: none"> Indicadores relacionados ao funcionamento do Consea municipal como - Número de reuniões/ ano, membros da sociedade civil - governo/ gestão, etc.

Fonte: adaptado de Grisa, Zimmermann e Aranha (2024), em que a descrição de “potenciais indicadores” foi inserida como um exercício prático a partir das experiências das autoras deste documento somadas às contribuições do debate.

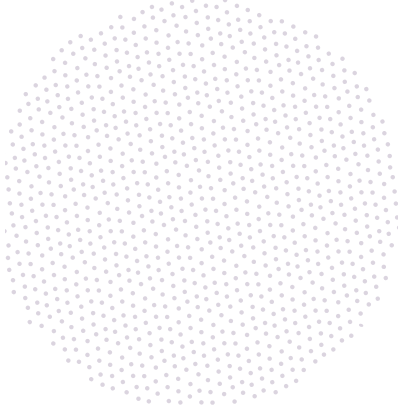
6 | Temas e desafios para a agenda de Políticas públicas de SAN

Merle Francisca Alcântara - Agricultora Familiar quilombola, Piranhas/AL 2023 © Eryka Galindo

Na atividade autogestionada foram destacados diferentes desafios para a efetividade das políticas de SAN municipais, por exemplo, considerar a diversidade dos atores envolvidos na agenda alimentar e nutricional, sobretudo, representantes dos poderes públicos, membros de movimentos e organizações sociais, pesquisadores/as, membros de organismos internacionais, dentre outros.

Na sequência, sem a pretensão de alcançar a totalidade dos desafios e temas relativos às políticas de SAN municipais, dada a amplitude do debate, são pontuados alguns mais recorrentemente citados no evento:

- Avançar em políticas de SAN comprometidas com o acesso a alimentos agroecológicos e com a construção de sistemas alimentares democráticos, justos e ecológicos.
- Reestruturar os circuitos de produção e consumo, com vistas a enfrentar as desigualdades de gênero, raça-cor, classe, contexto territorial e etc., implicadas no acesso à comida de verdade.
- Desenvolver políticas de democratização do direito à terra, à água e ao alimento, comprometidas com a desconcentração de poder e renda.
- Planejar as políticas alimentares municipais para além das fronteiras municipais, incorporando uma abordagem que leve em conta as dinâmicas dos territórios, biomas e cooperações entre as municipalidades do entorno.
- Continuar a aperfeiçoar o SISAN para promover maior articulação das diferentes instâncias implicadas, e a interação entre elas, de forma a incentivar a adesão dos municípios ao sistema.
- Promover maior indução e financiamento das políticas de SAN locais, tendo o SISAN como um dos principais meios operacionalizadores.
- Estimular experiências de Consórcios Municipais voltados à promoção e fortalecimento de iniciativas de SAN.
- Valorizar a experiência e acúmulo produzido pelo CONSEA para a construção de indicadores municipais que possam garantir o monitoramento das ações nos municípios.
- Fortalecer a participação popular na elaboração e monitoramento das políticas de SAN, especialmente, a partir das conferências, conselhos, planos municipais participativos, etc.
- Realizar diagnósticos locais, de forma a orientar melhor as políticas municipais de SAN, incorporando estes mecanismos ao SISAN.

- 
- Elaborar matriz de indicadores socioespaciais factíveis à realidade dos municípios, combinando metodologias qualitativas e quantitativas.
 - Divulgar as experiências locais, como forma de compartilhamento e disseminação de boas práticas de SAN entre os municípios.
 - Captar as realidades vivenciadas nos territórios com relação às questões alimentares e insegurança alimentar, principalmente, entre grupos que vivenciam severas condições de desigualdades, como comunidades tradicionais indígenas e quilombolas.
 - Planejar políticas locais para diferentes perfis de municípios, não só para municípios de grande e médio porte, e incorporar as especificidades urbanas e rurais de cada um deles.
 - Conceber o direito à SAN desde uma abordagem intersetorial, que integre saúde, educação, agricultura, moradia e outras áreas que devem ser abarcadas nesta discussão.
 - Fortalecer as lutas da sociedade civil, em favor da reconstrução do legado das políticas de SAN no Brasil enfraquecidas no último período, especialmente em nível federal.
 - Fortalecer a SAN na agenda dos governos, considerando a diversidade e vocação dos municípios.
 - Planejar o orçamento das políticas a partir do SISA e reforçar as institucionalidades no âmbito do município, por meio dos conselhos municipais, estaduais e nacional, bem como a CAISAN municipal, estadual e nacional.
 - Estimular a criação de secretarias municipais de SAN e de abastecimento alimentar, que tenham a alimentação e a SAN como tema central, garantindo corpo burocrático com conhecimento em SAN na estrutura do município, em diálogo com a sociedade civil.
 - Ampliar e o desenvolvimento de pesquisas sobre as políticas municipais de SAN, que fortaleçam perspectivas sistêmicas, intersetoriais e multiníveis, abarcando variadas metodologias e temas, dentre os quais as redes de atores locais, as capacidades estatais para operacionalização das políticas, os mecanismos de governança, etc.
 - Construir espaços de educação permanente voltadas ao fortalecimento de capacidades estatais para a promoção de ações de SAN e para a realização do DHAA.

Considerações finais

A realização do DHAA e o alcance das políticas públicas de SAN passa, necessariamente, por reconhecer o papel central dos municípios na execução de ações e construção de diálogos locais, de forma integrada com os demais poderes públicos e áreas governamentais, como propõe o SISAN.

Depois de uma trajetória de importantes avanços na agenda nacional da SAN, que levou à saída do Brasil do Mapa da Fome da FAO, em 2014, marcantes reversões levaram ao aumento da IA, situação que se agravou com emergência da pandemia da Covid-19, em 2020. Os retrocessos, colocados em marcha pelo Governo Temer [a partir de 2016] e Governo Bolsonaro [gestão 2019-2022], realizaram cortes orçamentários e outras medidas de fragilização de programas e políticas estratégicas para a SAN, como o PAA, o PNAE, bem como a extinção forçada do Consea e a interrupção dos estudos produzidos pelo IBGE, que geraram uma escassez de dados sobre as condições de Segurança/IA para dar mais visibilidade aos efeitos nefastos das opções políticas do período.

O cenário de desmontes da época impôs elementos adicionais à realização do DHAA também na escala municipal, estimulando iniciativas de diferentes instituições e atores sociais, que vão desde instituições públicas, gestoras/es públicos, movimentos sociais, ONGs e instituições de pesquisa. A extinção dos canais de participação institucional e redução [e extinção] de investimentos na execução de políticas públicas federais impulsionou uma “volta ao local”, caracterizada pela necessidade de ampliação de diálogos, construção de parcerias, cooperações, pelo desenvolvimento de ações e políticas públicas locais de promoção da SAN.

Orientada por essa tendência, foram reunidas nesta publicação reflexões sobre a implementação e monitoramento das políticas de SAN nos municípios brasileiros, identificando oportunidades e desafios para o fortalecimento dessas políticas em nível local e, nesse sentido, contribuindo com o próprio fortalecimento do SISAN. Assim, destacam-se quatro perspectivas de políticas municipais de SAN: políticas de acesso facilitado; políticas de acesso garantido; políticas de acesso informado; e políticas de acesso à terra [Aranha, 2023a; 2023b]. Algumas destas assumem menor destaque na agenda pública que outras, a exemplo das políticas de acesso à terra, que encontram pouca aderência nas gestões municipais, mesmo sendo dimensão indispensável à redução das desigualdades e produção de alimentos saudáveis.

Experiências de políticas públicas de SAN longevas também foram objeto de discussão. Por meio de pesquisas que investigam essas iniciativas, foi possível refletir sobre como reconfigurações de ordem política e administrativa, ocorridas nos municípios, podem alterar as abordagens e condições de execução das políticas públicas, chegando inclusive a interromper seu exercício. Assim, diferentes capacidades estatais revelam-se relevantes para a efetiva atuação das políticas municipais de SAN.

Afirma-se, ainda, que as políticas públicas municipais de SAN devem estar comprometidas com o fortalecimento do SISAN. A implantação de ações locais desconectadas das diretrizes nacionais e estaduais, podem dispersar esforços diante do desafio urgente de superação da insegurança alimentar. É igualmente indispensável uma abordagem intersetorial, que integre as diferentes áreas - saúde, de assistência e proteção social, meio ambiente, economia, agricultura, etc. - em

favor do DHAA, orientada pelo princípio da democracia participativa, com efetiva participação da sociedade civil.

Os debates reforçam a importância da EBIA como uma ferramenta indispensável no monitoramento da situação de insegurança alimentar no país, que permite orientar a ação local. Entretanto, a realização de pesquisas que utilizam a EBIA para monitorar a IA em escala municipal ainda é pouco frequente, exceção é o caso de estudo em Belo Horizonte [Teixeira et al. 2022], citado nesta publicação. Portanto, tornam-se necessários maiores investimentos para a realização de pesquisa dessa natureza nos municípios brasileiros. Ademais, foram identificados como relevante para o campo de pesquisa em SAN um conjunto de outras metodologias e instrumentos de pesquisa, produzidos por diferentes instituições brasileiras. Entretanto, é um desafio a construção de caminhos de pesquisas inovadores, que permitam combinar as metodologias e ferramentas disponíveis, para subsidiar o desenho das políticas de SAN em diferentes escalas, bem como monitorá-las. Ressaltam-se iniciativas de pesquisa, que produzem análises a partir da EBIA e da metodologia do VIGITEL, além da criação do aplicativo VIGISAN.

Desde a volta de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da república, em 2023, novas configurações das políticas de SAN estão em curso, com a reativação do CONSEA e a retomada e criação de políticas federais importantes. Entretanto, esse cenário recente, alvissareiro e promissor, não integra as análises que inspiraram essa publicação, uma vez que se baseiam em atividade realizada em junho de 2022, o que torna indispensável a atualização do debate sobre a políticas municipais de SAN, tendo em conta esse novo momento.

Referências Bibliográficas

Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos [ABRANDH] [Org.]. 2013. **“O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.”** Brasília. http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf.

Aranha, Adriana. 2023a. **“Políticas de segurança alimentar e nutricional para sistemas alimentares sustentáveis e justos: uma agenda de desenvolvimento regional.”** In Reis, M. C. A questão alimentar e o desenvolvimento dos territórios: diálogos a partir da experiência do território vertentes em Minas Gerais. Curitiba: Ed. Appris.

---. 2023b. **“Políticas de segurança alimentar e nutricional: o que são e por que são importantes?”** In Sátyro, N. G. D; Cunha, E. S. M. Descomplicando políticas sociais no Brasil: As políticas sociais por elas mesmas: por que importam para você e para a sociedade como um todo? Vol. 3. Editora UFMG, Editora Fino Traço.

Brasil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 2006; 15 set. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 21 jan. 2022.

de Carvalho, Priscila Delgado, Marco Antonio Teixeira, Renata Mottae Camila Penna. 2022a. **“Sistemas alimentares em disputa: respostas dos movimentos sociais à pandemia Covid-19.”** Revista Brasileira de Ciências Sociais, 37[108]. <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ssdXH5x8kNnCD-kD8kQZxQyr/?lang=pt#>.

---. 2022b. **“Estudando as ações dos movimentos rurais na pandemia: escolhas metodológicas.”** Revista Brasileira de Ciências Sociais, 37[108]: 0-16. DOI: 10.48331/scielodata.FA3YFA. https://foodforjustice-hcias.de/wp-content/uploads/2023/06/estudando_acoes_-_movimentos_rurais_pandemia-1.pdf.

de Castro, Ines Rugani Ribeiro. 2019. **“A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição.”** Cadernos de Saúde Pública, 35 [2]. <https://www.scielo.br/j/csp/a/CH3GmJVXnMRTRH89bL6LZVz/>.

Dagnino, Evelina. 2002. **“A Experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre.”** Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas.

Galindo, Eryka, Marco Antonio Teixeira, Melissa De Araújo, Renata Motta, Milene Pessoa, Larissa Mendes e Lúcio Rennó. 2021. **“Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil.”** Food for Justice Working Paper Series, no. 4 [2a ed.]. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy. <https://dx.doi.org/10.17169/refubium-29554.2>.

Grisa, Catia, Silvia Aparecida Zimmermann e Adriana Aranha. **“Capacidades estatais para promover políticas alimentares em Belo Horizonte e Curitiba.”** In: Boschi, R & Gaitán, F. [editores]. Estado, capacidades estatais e políticas de desenvolvimento. Inct-ppef/joda, 2024 [no prelo].

Grisa, Catia, Claudia Job Schmitt, Marcos Alexandre Pimentel da Silva, Sergio Pereira Leite, Silvia

Aparecida Zimmermann e Yamira Rodrigues de Souza Barbosa. 2022. **“A Desestruturação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar: mudanças institucionais, estratégias de desmonte e novas configurações.”** Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/2022-10/boll_desmonte_politicas_publicas_final.pdf.

Grisa, Catia, Eric Sabourin, Valdemar Wesz Junior e Geneviève Cortes. 2023. **“Alimentação e Políticas Alimentares nas Cidades: introdução ao debate”**. Confins [En ligne], 59 | Consulté le 28 mars 2024. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/52341>.

Henriques, Patrícia, Luciene Burlandy, Patricia Camacho Dias e Gisele O’Dwyer. 2020. **“Ideias em disputa sobre as atribuições do Estado na prevenção e controle da obesidade infantil no Brasil.”** Cadernos de Saúde Pública, 36. <https://www.scielo.br/j/csp/a/HTHZt4HLPN5QJ6Ks9xSzkjt/>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2010. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar 2004/2009. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/PainelPEI/Publicacoes/S53%20-%20IBGE%20pnad%20alimentar.pdf>.

---. 2014. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar 2013**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf>.

---. 2020. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil**. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101749.pdf>.

---. 2022. **REGIC - Regiões de Influência das Cidades**. <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=aces-so-ao-produto>.

Londres, Flavia, Denis Monteiro, Viviane Brochardt, Morgana Maselli e Emília Jomalini [orgs]. 2021. **“Municípios agroecológicos e políticas de futuro [recurso eletrônico]: iniciativas municipais de apoio à agricultura familiar e à agroecologia e de promoção da segurança alimentar e nutricional.”** 2. ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia - ANA. Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br/wp-content/uploads/2023/06/Municipios-Agroecologicos-e-Politicas-de-Futuro.pdf>.

Lara Sartorio Gonçalves Catia Grisa Claudia Job Schmitt Paulo Niederle Marco Antonio Teixeira e Eryka Galindo; Flavia Londres e Viviane Brochardt. 2022. **“Brasil, do flagelo da fome ao futuro agroecológico: uma análise do desmonte das políticas públicas federais e a agroecologia como alternativa.”** Rio de Janeiro, RJ: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia. Disponível em: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Brasil-do-flagelo-da-fome-ao-futuro-agroecologico_ANA-2022.pdf.

Machado, Mick Lennon. 2020. **“A implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no contexto dos municípios brasileiros: uma pesquisa avaliativa com enfoque no ciclo das políticas públicas.”** Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina. Tese de Doutorado em Nutrição. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215931>.

Madeiro, Carlos. 2022. **“Sem reajuste há 5 anos, merenda vira bolacha e suco em cidades pobres.”** Site do UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2022/09/11/bolacha-e-suco-sem-reajuste-ha-5-anos-merenda-se-torna-lanche-em-escolas.htm>.

Motta, Renata, Marco Antonio Teixeira e Eryka Galind. 2021. **“Insegurança alimentar no Brasil em tempos de pandemia.”** Dossier: Socioenvironmental Destruction, Extractivism, and Dependency. *LASA Forum*. Latin American Studies Association, LASA: v. 52:4,. <https://forum.lasaweb.org/files/vol52-issue4/Dossier-5.pdf>.

Maluf, Renato Sergio. 2007. **“Segurança alimentar e nutricional com valorização da cultura alimentar.** Miranda, D.S.; Cornelli, G [Orgs.]. *Cultura e alimentação-saberes alimentares e sabores culturais*. São Paulo: SESC, p. 143-150.

Observatório da Alimentação Escolar (ÓAÊ); **Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA)**. 2021. Em defesa de reajustes nos valores per capita do PNAE. https://alimentacaoescolar.org.br/media/acervo/documentos/Em_defesa_de_reajustes_nos_valores_per_capita_do_PNAE_-_FACTSHEET.pdf.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional [Rede Penssan]. 2021. **I Vigisan – Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** Olhe para a Fome. http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_AF_National_Survey_of_Food_Insecurity.pdf.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional [Rede Penssan]. 2022. **II Vigisan – Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** Olhe para a Fome. <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>.

---. 2023. **Vigisan: II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** Suplemento II: Insegurança Alimentar e desigualdade de raça/cor da pele e gênero, São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert, Rede Penssan. <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2023/06/OLHERacaEGenero-Diag-v7-R05-26-06-2023.pdf>.

Ribeiro Júnior, Jose Raimundo Sousa, Sampaio Mateus de Almeida Prado, Daniel Henrique Bandoni e Luiza De Carli. 2021. **“Atlas das situações alimentares no Brasil: disponibilidade domiciliar de alimentos e a fome no Brasil contemporâneo.”** Bragança Paulista: Universidade São Francisco. <https://ifz.org.br/atlas-das-situacoes-alimentares-no-brasil/>.

Ribeiro Júnior, Jose Raimundo Sousa. 2016. **“Alienação das práticas alimentares e urbanização: uma análise da alimentação da classe trabalhadora em São Paulo.”** [Tese de doutorado]. [Universidade de São Paulo]. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-22082016-122905/pt-br.php>.

de Sousa, Luna Rezende Machado, Ana Maria Segall-Corrêa, Arlette Saint Ville, Hugo Melgar-Quiñonez. 2019. **“Food security status in times of financial and political crisis in Brazil.”** *Cadernos de Saúde Pública*. <https://www.scielo.br/j/csp/a/WcpYtB8TjyLyKgLdmDLrtXB/#>

Teixeira, Marco Antonio, Eryka Galindo, Maria Júlia Vergueiro, Adriana Aranha, Rafael Claro, Larissa Mendes, Milene Pessoa, Melissa de Araújo, Gabriel Ornelas, Renata Motta. 2021. **“Retrato da situação de segurança alimentar em Belo Horizonte.”** Food for Justice Working Paper Series, no 6. Berlin: Food for Justice: Power, Politics and Food Inequalities in a Bioeconomy. Disponível em: https://foodforjustice-hcias.de/wp-content/uploads/2021/01/WP_6.pdf.

de Vasconcelos, Francisco de Assis Guedes, Mick Lennon Machado, Maria Angélica Tavares de Medeiros, José Anael Neves, Elisabetta Recine e Elaine Martins Pasquim. 2019. **“Public policies of food and nutrition in Brazil: From Lula to Temer.”** Revista de Nutrição. <https://www.scielo.br/jj/rn/a/x5nRd9jQX8dZPmg8JqwrXBD/#>.

del Vecchio, Maria Cecília, Ronaldo Tavares de Araújo, Hermes Andrade Junior, Pedro Calisto Luppi Monteiro, Alessandro Fuentes Venturini e Luciana Pinheir. 2015. **“Papel do Município na Efetivação das Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional.”** Ensaios Cienc. Biol. Agrar. Saúde, v.19, n.2, p. 75-80. <https://ensaioseciencia.pgsscogna.com.br/ensaioeciencia/article/view/3185>.

Vieira, Fabiola Sulpino. 2020. **“Gasto federal com políticas sociais e os determinantes sociais da saúde: para onde caminhamos?”** Saúde em Debate. 44: 947-961. <https://www.scielo.br/jj/sdeb/a/bwT6Y5bRzchHpZcnVxM7J3H/?lang=pt>.

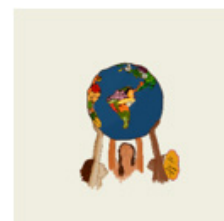
Zimmermann, Sílvia Aparecida e Nelson Giordano Delgado. 2022. **“El desmonte del Sistema Nacional de Seguridad Alimentaria y Nutricional (SISAN) y la garantía del Derecho Humano a la Alimentación en Brasil.”** Polis Revista Latino Americana, 22: 32-51.

ANEXOS

Anexo 1 – Programação da atividade autogestionada realizada durante o V Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional [V ENPSSAN]



FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE ATIVIDADE AUTOGESTIONADA



Organização/Grupo proponente:

Grupo de Pesquisa “Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy”, Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Livre de Berlim, Alemanha.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional [Rede Penssan], GT de Monitoramento.



Título da atividade:

Políticas de Segurança alimentar e nutricional no âmbito municipal: contexto e oportunidades.

Monitoras da atividade no V ENPSSAN:

Laís Alves: Nutricionista formada pela Universidade Federal de Pernambuco, atualmente faz residência em pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva da Sec. de Saúde de Recife.

Tainá Marchewicz: Nutricionista, formada pela Universidade Federal da Grande Dourados [UFGD]. Mestre em Nutrição e Saúde pela Universidade Federal de Goiás [UFG]. Atualmente é assessora técnica do CECANE UFG.

Responsável

Nome: Veruska Prado Alexandre Weiss

Organização: Universidade Federal de Goiás. GT Monitoramento da Rede PENSSAN

Email: veruskaprado@ufg.br

Objetivos:

- i) Refletir sobre o papel das políticas municipais no SISAN e no combate à insegurança alimentar e nutricional;
- ii) Promover a troca de experiência entre políticas de SAN relatadas na atividade;
- iii) Promover o debate sobre indicadores para o monitoramento do SISAN nos municípios brasileiros.

Programação: 09h às 11:30h [2h e 30 min de atividade].

Moderação: Veruska Prado Alexandre Weiss [UFG]

09:00-9:20h – BOAS VINDAS. Apresentação dos objetivos da atividade e programação.

Representante da Rede Penssan: **Renato Maluf**

Representante do GT Monitoramento Rede PENSSAN: **Ana Maria Segall Correa.**

09:20h – 10:00h: A SAN NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: REALIDADES, AGENDAS, OPORTUNIDADES E DESAFIOS.

Fala 1 [20 min]: O papel dos municípios na segurança alimentar e nutricional e no SISAN.

Adriana Aranha [CEM/USP; IFZ]

Fala 2 [20 min]: As políticas municipais de SAN do Brasil: indicadores e iniciativas.

Silvia Zimmerman [Unila, Rede Penssan].

10:00h – 10:30h: O CENÁRIO DAS POLÍTICAS DE SAN EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Belo Horizonte - [15 min] Marco Antonio Teixeira e Eryka Galindo [Food for Justice, Universidade Livre de Berlin]

Curitiba - [15 min] Cátia Grisa [UFRGS]

10:30h – 10:40h UM RESPIRO, UMA ÁGUA E/OU UM CAFÉZINHO...

10:40h – 11:10h REAÇÕES, REFLEXÕES E CONEXÕES À LUZ DO DEBATES.

Claudia Schmitt CPDA/ UFRRJ; Carlos Eduardo de Souza Leite [Caê] Núcleo Executivo da Articulação Nacional de Agroecologia [ANA]; Luciene Burlandy UFF [10 min cada]

11:10h – 11:30h: PALESTRANTES PARA COMENTÁRIOS GERAIS E CONSIDERAÇÕES FINAIS. [5 min cada]

11:30h FECHAMENTO DA ATIVIDADE.

Metodologia:

A atividade ocorrerá em sala virtual única e em momento síncrono. Os participantes serão estimulados a interagir com os facilitadores/ palestrantes por meio de jogos, chat de envio de dúvidas/ comentários. Se possível será aberta a possibilidade de realizar uma breve fala nos momentos de debates.

Carga horária/horário: 3h30min

Link: enviado por e-mail aos participantes

Resultados previstos:

1. Construir um relatório reflexivo que aponte oportunidades e desafios/limites para o fortalecimento das políticas de SAN no âmbito municipal.
2. Listar indicadores, existentes e potenciais, para monitoramento da Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito municipal.

Participantes

Perfil esperado: estudantes, pesquisadores(as), professores(as), trabalhadores(as) com atuação no campo da Segurança alimentar e nutricional, alimentação, cidades e municípios saudáveis, etc.

Número mínimo e máximo: aberto a todos os interessados, desde que inscritos no V ENPSSAN.

Contatos para os interessados procurarem mais informações sobre a atividade:

Para saber mais sobre o Grupo de pesquisa Alimento para Justiça...”acesse:

<https://foodforjustice-hcias.de/>

Para saber mais sobre o trabalho do GT Monitoramento, rede Penssan acesse:

<https://pesquisassan.net.br/>

<http://olheparaafome.com.br/>

Anexo 2 – Biografia das/os participantes:

Adriana Aranha [CEM/USP; IFZ]

Assessora Especial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e funcionária pública aposentada da Prefeitura de Belo Horizonte. Pesquisadora do CEM, Centro de Estudos das Metrôpoles da USP. Participa da Rede Nacional de Pesquisadores de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional- Rede Penssan, do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e Associada do Instituto Fome Zero.

Ana Maria Segall Correa [FIOCRUZ Brasília, GT Monitoramento Rede Penssan]

Professora Livre Docente aposentada da UNICAMP, onde atuou por 29 anos no Departamento de Saúde Coletiva. Atualmente é pesquisadora colaboradora do Programa de Alimentação Nutrição e Cultura da FIOCRUZ-Brasília. Membro da coordenação executiva da Rede Penssan, uma das responsáveis pelo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (VIGISAN) por meio da atuação do GT Monitoramento.

Cátia Grisa [UFRGS]

Professora Adjunto 4, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul [UFRGS] - Campus Litoral Norte - Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia. Professora nos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural [PGDR/UFRGS] e Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento [PGDREDES/UFRGS]. Vice Presidente da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural [SOBER 2019-2024] e da Direção da Rede Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural na América Latina e Caribe [Rede PP-AL - 2017-2021]. Integrante do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional [CONSEA] do Estado do Rio Grande do Sul [2020-2023].

Claudia Schmitt [CPDA/ UFRRJ]

Professora associada do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro [CPDA/UFRRJ]. Integrante da equipe do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura [OPPA]. Atuou também como assessora e consultora de organizações não-governamentais e junto a organismos governamentais e multilaterais em temas relacionados à formulação e implantação de políticas públicas para a agricultura familiar, agroecologia e sustentabilidade.

Carlos Eduardo de Souza Leite – Caê [ANA/SASOP]

Integrante do Núcleo Executivo da Articulação Nacional de Agroecologia [ANA] e da Coordenador Executivo do Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais [Sasop].

Eryka Galindo [Food for Justice, Universidade Livre de Berlin]

Doutoranda do Instituto de Sociologia da Freie Universität Berlin e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia (2019-2025), sediado no Heidelberg Center for Ibero-American Studies (HCIAS) da Universität Heidelberg, financiado pelo Ministério de Educação e Ciência da Alemanha (BMBF).

Luciene Burlandy Campos de Alcântara [UFF]

Professora Associada da Universidade Federal Fluminense do curso de graduação em Nutrição, do Programa de Pós Graduação em Ciências da Nutrição e do Programa de Estudos Pós Graduação (Mestrado e Doutorado) em Política Social. É Bolsista de Produtividade em pesquisa do CNPQ - PQ2. Coordenadora do Centro de Referência em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional [CERESAN].

Marco Antonio Teixeira [Alimento para Justiça, Universität Heidelberg]

Líder e Pesquisador do Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia (2019-2025), sediado no Heidelberg Center for Ibero-American Studies (HCIAS) da Universität Heidelberg, financiado pelo Ministério de Educação e Ciência da Alemanha (BMBF).

Renato Maluf [UFRJ, GT Monitoramento Rede Penssan]

Professor Titular do Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS) e membro permanente do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Membro da Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional desde 1998. Coordenador da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional de 2017 a 2022.

Silvia Zimmermann [Unila, Rede Penssan Gestão].

Professora Adjunta da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Pós-Doutora pelo Observatório de Políticas Públicas para Agricultura (OPPA/CPDA/UFRRJ). Pesquisadora do Observatório de Políticas Públicas para Agricultura (OPPA); do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT/PPED/UFRJ) e do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional [CERESAN]; Coordenação Executiva Rede Penssan Gestão 2023-2024, Coordenação Executiva Rede de Estudos Rurais Gestão 2024-2025.

Veruska Prado Alexandre-Weiss [UFG, GT Monitoramento Rede Penssan]

Professora Adjunta da Universidade Federal de Goiás (UFG), Faculdade de Nutrição. Membro do Grupo de Trabalho Monitoramento da Rede Penssan e do Grupo temático Promoção da Saúde e desenvolvimento sustentável da Abrasco. Pesquisadora colaboradora do Centro de Referência em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional [CERESAN].

COORDENAÇÃO:



UNIVERSITÄT
HEIDELBERG
ZUKUNFT
SEIT 1386

PARCERIA:



FINANCIADO POR:



Bundesministerium
für Bildung
und Forschung